



DIDÁTICA E TÉCNICAS DE ENSINO

SUMÁRIO

1-	TÉCNICAS DE DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO	3
2-	O PLANEJAMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	11
3-	GESTÃO PEDAGÓGICA	20
4-	IDENTIFICAR ERROS NA GESTÃO ESCOLAR	29
5-	COMO DEVE SER UM PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL	32
6-	EDUCAÇÃO DE ADULTOS	36

REFERÊNCIAS

1- TÉCNICAS DE DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Disseminar informação supõe tornar público a produção de conhecimentos gerados ou organizados por uma instituição. A noção de disseminação é comumente interpretada como equivalente à de difusão, ou mesmo de divulgação. Assume formas variadas, dirigidas ou não, que geram inúmeros produtos e serviços, dependendo do enfoque, da prioridade conferida às partes ou aos aspectos da informação e dos meios utilizados para sua operacionalização. Em sua base existe um centro difusor – o produtor –, que, a despeito do controle exercido sobre o que é disponibilizado, não tem garantias quanto aos usuários atingidos, ao sucesso das operações de divulgação e à aplicação efetiva das informações.

Teoricamente, pela disseminação, busca-se oferecer informações úteis, mas o conceito de utilidade nem sempre é bem definido. O debate sobre o uso, por sua vez, remete *pari passu* não só ao próprio conceito de "informação" como também ao de usuário e envolve problemas de delimitação de públicos de linguagem.

Pretende-se introduzir o debate sobre disseminação de informações em geral (englobando as duas distinções, mas enfatizando, sobretudo, o segundo sentido) para, em seguida, discuti-la na ação governamental. Parte-se do princípio que é importante compreender o significado da disseminação contemporaneamente, que, afetada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, necessita observar a recepção de forma não monolítica.

Compreende-se como disseminação da informação governamental não só os resultados dos esforços e das iniciativas de divulgação à sociedade das atividades próprias da administração pública, como também as ações que visam a transferência de informações. Os dois tipos de disseminação podem compreender ampla gama de informações que vão desde as políticas públicas adotadas até as que possam subsidiar os indivíduos e a sociedade civil no desenvolvimento de suas tarefas ou mesmo no acompanhamento e cobrança da própria atividade pública. O

leque de informações disseminadas pelas instituições públicas varia conforme sua atividade básica, seus objetivos e percepção de necessidades da sociedade.

As tecnologias de informação permitem ampliar o universo de disseminação das informações governamentais, mas é prudente verificar em que medida há efetivamente transmissão de informação e como e se ela atinge efetivamente a sociedade. Pode-se afirmar que existe, hoje, um número maior de canais de informação à disposição das instituições e do público, mas não estamos seguros quanto a seu alcance: qual é a parcela da população que tem acesso à Internet? Quem utiliza as informações disponibilizadas? Com que facilidade e nível de compreensão? Qual é o significado dessas informações para o público? Qual é a relação entre as informações divulgadas e as demandas informacionais da população? Que aplicação é feita dessas informações? Perguntas do gênero devem ser feitas para que se possa aquilatar a extensão das realizações concretas de disseminação, e muitas delas são válidas mesmo nas situações em que são utilizados meios tradicionais de disseminação.

INFORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

Não existe um conceito único de informação. Sua concepção varia de acordo com os aspectos selecionados. Numa abordagem pragmática, a informação pode ser distinguida, como: processo (que se relaciona à alteração de um estado de conhecimento); conhecimento (o que é comunicado, o que concerne a algum fato, evento ou assunto particular, o que reduz – *ou aumenta*¹ – a incerteza); e "coisa" (atributo de objetos – documentos ou dados referidos como informação por serem considerados "informativos") (Buckland, 1991).

A informação, como processo, relaciona-se aos fluxos formais e informais que podem conduzir a alterações de estoques de conhecimento. Se, no entanto, a ênfase for no conhecimento, ela será intangível, já que depende de crença, opinião, concepções e conhecimentos anteriores, ou, enfim, de referências subjetivas. A informação como conhecimento pode depender da "coisa", ou da existência de

documentos informativos, mas não exclusivamente. Nos sistemas de informação, ela, como conhecimento, vincula-se a sua materialidade (coisa = documento, dado = informação), conferindo-lhe um estatuto tangível. A existência de fluxos informacionais e a materialidade (ou tangibilidade), porém, não significam necessariamente a geração de conhecimento.

Originalmente referida com base no esquema tradicional de comunicação – emissor, canal, mensagem, receptor –, o debate sobre disseminação da informação associado à transferência sugere, atualmente, abandonar a unidirecionalidade emissor-receptor para contemplar o usuário numa dimensão mais ampla que o inclui como participante ativo do processo informacional. Essa perspectiva põe em destaque o significado da mensagem, cuja compreensão e utilização dependem da forma como ela é veiculada e das condições do receptor e da recepção. Quando há condições para a assimilação, ocorre, segundo Barreto, modificação do estoque de informações do indivíduo, razão pela qual o autor sugere que ela seja concebida como uma "estrutura significante" capaz de gerar conhecimento (Barreto, 1994).

Dito de outro modo, falar em transferência da informação via serviços de disseminação de informações – distribuição física ou virtual de documentos e dados – supõe considerar que os benefícios dessa ação se relacionam diretamente às possibilidades de geração do conhecimento. Caso contrário, há apenas divulgação unilateral que atinge heterogeneamente o conjunto da sociedade. Se o conhecimento é inseparável do indivíduo (sujeito do conhecimento), as ações de disseminação para transferência devem observar os requisitos que permitam adaptar as informações e suas formas de acesso aos veículos, públicos e contextos. Do mesmo modo, enfatizar os serviços de disseminação de informações no emissor, ignorando as características de seu público, ou concebê-lo em sua condição supostamente potencial valendo-se de referências imaginadas ou idealizadas, não corrobora seu êxito.

Enfrentar essas questões não é tarefa simples. Se, teoricamente, os vínculos entre a emissão e a recepção são visualizados como necessários, sua operacionalização requer investimentos, a começar pela definição do usuário.

As Tecnologias da Informação e Comunicação referidas como TIC são consideradas como sinônimo das tecnologias da informação (TI). Contudo, é um termo geral que frisa o papel da comunicação na moderna tecnologia da informação. Entende-se que TIC consistem de todos os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação. Em outras palavras, TIC consistem em TI bem como quaisquer formas de transmissão de informações e correspondem a todas as tecnologias que interferem e mediam os processos informacionais e comunicativos dos seres. Ainda, podem ser entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam por meio das funções de software e telecomunicações, a automação e comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem.

As TICs são utilizadas em diversas maneiras e em vários ramos de atividades, podendo se destacar nas indústrias no processo de automação, no comércio em gerenciamentos e publicidades, no setor de investimentos com informações simultâneas e comunicação imediata, e na educação no processo de ensino aprendizagem e Educação a Distância. Pode-se dizer que a principal responsável pelo crescimento e potencialização da utilização das TIC em diversos campos foi à popularização da Internet.

Em se tratando de informação e comunicação, as possibilidades tecnológicas apareceram como uma alternativa da era moderna, facilitando a educação com a inserção de computadores nas escolas, possibilitando e aprimorando o uso da tecnologia pelos alunos, o acesso a informações e a realização de múltiplas tarefas em todas as dimensões da vida humana, além de qualificar os professores por meio da criação de redes e comunidades virtuais. Sabe-se que, as mudanças com o aparecimento das tecnologias foram grandes e positivas para a sociedade, em relação à comunicação, ligação e convívio social. A Informática trouxe, além de inúmeros recursos tecnológicos, a esperança de melhorias no processo de ensino e aprendizagem.

As TIC possibilitam a adequação do contexto e as situações do processo de aprendizagem às diversidades em sala de aula. As tecnologias fornecem recursos didáticos adequados às diferenças e necessidades de cada aluno. As possibilidades

constatadas no uso das TIC são variadas, oportunizando que o professor apresente de forma diferenciada as informações. Por meio das TIC, disponibilizamos da informação no momento em que precisamos, de acordo com nosso interesse. O termo TIC é a junção da tecnologia ou Informática com a tecnologia da comunicação, a Internet é um ensinamento claro disso. As TIC quando são utilizadas, melhoraram o processo de ensino, pois criam ambientes virtuais de aprendizagem, colaborando com o aluno na assimilação dos conteúdos. O computador e a Internet atrai a atenção dos alunos desenvolvendo neles, habilidades para captar a informação. Essa informação manifesta-se de forma cada vez mais interativa e cada vez mais depressa, que os envolvidos no processo de ensino, muitas vezes, não conseguem assimilar.

A principal dificuldade de se incorporar as TIC no processo de ensino, é o fato de o professor ser ainda apontado, o detentor de todo conhecimento. Hoje, diante das tecnologias apresentadas aos alunos, o professor tem o papel de interventor dessa nova forma de ensino, dando o suporte necessário ao uso adequado e responsável dos recursos tecnológicos. Para que isso aconteça, o professor deve buscar, ainda em sua formação, se atualizar não só dentro de sua especialidade, mas também, dentro das tecnologias que possam auxiliar em suas práticas pedagógicas. Muitos veem nas TIC, a perspectiva transformadora e determinante para melhorar a educação, mas deve-se considerar que há muitos problemas ainda associados à incorporação de tecnologias nas escolas. É um desafio para os professores mudar sua forma de conceber e por em prática o ensino, através de uma nova ferramenta. Para Imbérnom (2010, p.36):

Para que o uso das TIC signifique uma transformação educativa que se transforme em melhora, muitas coisas terão que mudar. Muitas estão nas mãos dos próprios professores, que terão que redesenhar seu papel e sua responsabilidade na escola atual. Mas outras tantas escapam de seu controle e se inscrevem na esfera da direção da escola, da administração e da própria sociedade.

As escolas devem fazer uso das TIC como novos meios de aprendizagem em todos os aspectos do currículo. Hoje as TIC são utilizadas em trabalhos extracurriculares, ou em disciplinas como complemento didático. O computador ainda não é

considerado um recurso do cotidiano para criação e pesquisa.. Precisamos então começar a pensar no que realmente pode ser feito a partir da utilização dessas novas tecnologias, particularmente da Internet, no processo educativo. Para isso, é necessário compreender quais são suas especificidades técnicas e seu potencial pedagógico.

A inserção das TICs no cotidiano escolar anima o desenvolvimento do pensamento crítico criativo e a aprendizagem cooperativa, uma vez que torna possível a realização de atividades interativas. Sem esquecer que também pode contribuir com o estudante a desafiar regras, descobrir novos padrões de relações, improvisar e até adicionar novos detalhes a outros trabalhos tornando-os assim inovados e diferenciados.

As tecnologias proporcionam que os alunos construam seus saberes a partir da comunicabilidade e interações com um mundo de pluralidades, no qual não há limitações geográficas, culturais e a troca de conhecimentos e experiências é constante. Dessa maneira as tecnologias de informação e comunicação operam como molas propulsoras e recursos dinâmicos de educação, à proporção que quando bem utilizadas pelos educadores e educandos proporcionam a intensificação e a melhoria das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e fora dela. Na sociedade atual em que estamos vivendo, em que por muitas vezes a máquina substitui o trabalho humano, cabe ao homem à obrigação de ser criativo, ter boas ideias.

E na era da informação e comunicação é indispensável que as pessoas saibam e consigam identificar o que há de essencial. É preciso compreender que a ferramenta tecnológica não é ponto principal no processo de ensino e aprendizagem, mas um dispositivo que proporcionaliza a mediação entre educador, educando e saberes escolares, assim é essencial que se supere o velho modelo pedagógico é preciso ir além de incorporar o novo (tecnologia) ao velho.

Sendo assim, temos que entender que, a inserção das TICS no ambiente educacional, depende primeiramente da formação do professor em uma perspectiva que procure desenvolver uma proposta que permita transformar o processo de

ensino em algo dinâmico e desafiador com o suporte das tecnologias. As TICs quando articuladas a uma prática formativa que leva em conta os saberes trazidos pelo aluno, associando aos conhecimentos escolares se tornam essenciais para a construção dos saberes. Além disso, favorece aprendizagens e desenvolvimentos, além de oportunizar melhor domínio na área da comunicação permitindo aos mesmos construir e partilharem conhecimentos, tornando-os seres democráticos que aprendem a valorizar as competências individuais.

Para que os recursos tecnológicos façam parte da vida escolar é preciso que alunos e professores os utilizem de forma correta, e um componente substancial é a formação e atualização de professores, de modo que a tecnologia seja de fato incorporada no currículo escolar, e não vista apenas como um complemento ou aparato marginal. É preciso pensar como incorporá-la no dia a dia da educação de forma definitiva. Em seguida, é preciso levar em conta a construção de conteúdos inovadores, que usem todo o potencial dessas tecnologias. A incorporação das TICs deve ajudar gestores, professores, alunos, pais e funcionários a transformar a escola em um lugar democrático e promotor de ações educativas que transida os limites da sala de aula, instigando o educando a ver o mundo muito além dos muros da escola, respeitando constantemente os pensamentos e princípios do outro.

O professor deve ser capaz de reconhecer as diferentes maneiras de pensar e as curiosidades do aluno sem que aja a imposição do seu ponto de vista. Sabe-se que, o uso da informática na educação implica em novas formas de comunicar, de pensar, ensinar/aprender, ajuda aqueles que estão com a aprendizagem muito aquém da esperada. A informática na escola não deve ser concebida ou se resumir a disciplina do currículo, e sim deve ser vista e utilizada como um recurso para auxiliar o professor na integração dos conteúdos curriculares, sua finalidade não se encerra nas técnicas de digitação e em conceitos básicos de funcionamento do computador, a tudo um leque de oportunidades que deve ser explorado por alunos e professores. Vieira (2011) ressalta duas possibilidades para se fazer uso das TICs, a primeira é de que o professor deve fazer uso deste para instruir os alunos e a segunda possibilidade é que o professor deve criar condições para que os alunos descreva seus pensamentos, reconstrua-os e materialize-os por meio de novas

linguagens, nesse processo o educando é desafiado a transformar as informações em conhecimentos práticos para a vida. Pois como diz Vieira:

[...] a implantação da informática como auxiliar do processo de construção do conhecimento implica mudanças na escola que vão além da formação do professor. É necessário que todos os segmentos da escola – alunos, professores, administradores e comunidades de pais – estejam preparados e suportem as mudanças educacionais necessárias para a formação de um novo profissional. Nesse sentido, a informática é um dos elementos que deverão fazer parte da mudança, porém essa mudança é mais profunda do que simplesmente montar laboratórios de computadores na escola e formar professores para utilização dos mesmos. (VIEIRA, 2011, p. 4).

Concordamos com a autora, pois implantar laboratórios de informática nas escolas não é suficiente para a educação no Brasil de um salto na qualidade, é fundamental que todos os membros do ambiente escolar inclusive os pais tenham seu papel redesenhado. Atualmente o mundo tem a seu dispor muitas inovações tecnológicas para se usar em sala de aula, o que condiz com uma sociedade pautada na informação e no conhecimento, pois através desses meios temos a possibilidade virtual de ter acesso a todo tipo de informação independente do local em que nos encontramos e do momento, esse desenvolvimento tecnológico trouxe enormes benefícios em termos de avanço científico, educacional, comunicação, lazer, processamento de dados e conhecimento. Sabemos que, a aprendizagem intermediada pelo o computador gera profundas transformações no processo de produção do conhecimento, se antes as únicas vias eram de sala de aula, o professor e os livros didáticos, hoje é concedido ao aluno navegar por diferentes espaços de informação, que também nos viabiliza enviar, receber e armazenar informações virtualmente. Portanto, o computador e os demais aparatos tecnológicos são vistos como bens necessários e saber operá-los constitui-se em condição de empregabilidade, conhecimento e domínio da cultura.

2- O PLANEJAMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Para que a escola consiga atingir seus objetivos, é necessário que ela tenha um bom planejamento pedagógico.

Os professores, diretores e coordenadores precisam traçar, de maneira minuciosa, as metas para a escola durante todo o ano letivo, assim como a melhor forma de alcançá-las.

O que é o planejamento pedagógico?

O planejamento pedagógico, como o próprio nome já indica, é uma maneira de organizar as atividades e os conteúdos que serão trabalhados na escola durante o ano letivo. Esse documento esboçará as intenções da escola, explicitando os objetivos que cada professor ou turma espera atingir ao final das aulas.

Antecipar as situações e atividades durante o ano contribui para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem e, ainda, evita que a equipe da escola seja pega de surpresa por alguns problemas.

Em poucas palavras, o planejamento pedagógico significa conhecer as necessidades e a realidade da instituição, estabelecer objetivos e metas, destinar recursos materiais e financeiros e gerir pessoas e tempo. Dessa forma, é possível antecipar obstáculos e antever ações, a fim de colaborar com o desenvolvimento educacional dos alunos.

Além de questões que podem parecer burocráticas a princípio — como definição de turmas, distribuição dos conteúdos pela grade de horários e elaboração do calendário escolar —, o planejamento é fundamental para a compreensão de como a instituição pode cumprir sua missão diante dos seus projetos e obstáculos particulares.

No planejamento pedagógico, é essencial analisar dois aspectos da realidade escolar:

realidade interna: reflete o número de docentes, a infraestrutura, as dificuldades enfrentadas pela gestão, os objetivos pedagógicos a serem atingidos, entre outros pontos relevantes;

realidade externa: o relacionamento da escola com a família dos estudantes e com a comunidade na qual está inserida, o cumprimento com as exigências do Governo e do mercado, etc.

Essas são duas realidades que merecem grande atenção. Caso a realidade interna não seja analisada de maneira eficiente, é bem provável que a escola não caminhe para um objetivo maior.

Por isso, é preciso definir todos os aspectos apontados a partir de ambas as realidades. Essa ação ajudará gestores e professores a compreenderem a situação de modo mais apurado possível.

Algumas ferramentas importantes para esse fim são: pesquisas, coletas de depoimentos da comunidade escolar e análise de satisfação. Ou seja, tudo que vai mostrar os acertos e os equívocos da instituição no ano anterior, para que, assim, ela possa planejar um caminho mais certo no ano letivo seguinte.

Como seria um bom planejamento pedagógico?

Antes de começar os dias letivos, os docentes se reúnem para confrontar as intenções da instituição escolar com a sua realidade. A partir disso, elaboram um plano de ação que realmente combine duas condições: o que se deseja fazer e o que pode ser feito. Assim, é possível que a escola se aproxime da sua missão sem deixar de analisar o contexto no qual está inserida.

De maneira mais ampla, a construção desse documento precisa contemplar:

regras de uso dos espaços da escola (bibliotecas, pátio, quadras, etc);

calendário geral da escola;

projetos interdisciplinares;

reuniões de pais e professores;

avaliações;

formação continuada.

Um bom planejamento deve descrever claramente quais são os propósitos da escola para a formação integral do aluno. Dessa forma, os professores poderão sistematizar suas aulas em consonância com os objetivos a serem atingidos por aquela unidade escolar.

Qual a importância do planejamento pedagógico?

Após entender um pouco sobre o que é o planejamento pedagógico, é interessante reconhecer a importância de construir um planejamento organizado, que tenha uma intencionalidade pedagógica condizente com o projeto político pedagógico (PPP). Tal planejamento trará clareza para educadores e pais sobre a intenção pedagógica da instituição escolar.

Além disso, o planejamento auxilia na organização de disciplinas, datas comemorativas, formação continuada, reuniões, entre outras rotinas, já que ele vai detalhar passo a passo todas as atividades e ações que devem ser tomadas. Vejamos a seguir por que ele é tão importante!

Auxilia os professores

Além de auxiliar os educadores na condução de aulas mais eficientes e dinâmicas, o planejamento pedagógico proporciona a troca de experiências e de ideias entre os professores e coordenadores pedagógicos. Ainda, busca a construção da unidade escolar, na qual todos os professores estejam trabalhando em prol dos mesmos objetivos.

Problemas e obstáculos sobre o planejamento anterior são reportados no encontro de toda a equipe escolar, chamando atenção para possíveis mudanças no próximo ano. Ademais, esse planejamento permite que soluções encontradas por cada um nos desafios sejam trocadas e discutidas.

Dessa maneira, os envolvidos poderão contribuir para que o ano letivo seja repleto de resultados satisfatórios, fazendo com que todos possam aprender uns com os

outros. A intenção é que a escola construa propostas mais eficientes para cumprir sua missão pedagógica.

Transforma conceitos em realidade

O planejamento pedagógico não se trata apenas de um documento ou requisito inteiramente burocrático. Ele representa uma diretriz que oferece a oportunidade de levar a escola a repensar o seu papel, bem como a sua intencionalidade pedagógica.

Por meio dessa organização, cada educador consegue direcionar o seu trabalho para o objetivo que toda escola tem em comum. É uma ferramenta que auxilia os professores a concretizar seu trabalho na prática docente, ou seja, no cotidiano escolar.

Faz uma revisão e avaliação do que foi feito antes

Outro ponto relevante do planejamento é que ele pede da equipe pedagógica uma revisão das ações e dos resultados do passado: refletir com criticidade o trabalho pedagógico é uma das funções do planejamento. Um bom exemplo é analisar o modelo de avaliação aplicado no ano anterior e verificar o que deu certo e, se necessário, corrigir falhas.

Conseqüentemente, a cada novo planejamento, a equipe tem a possibilidade de analisar e refletir criticamente o trabalho pedagógico que a escola está desenvolvendo. Logo, novas estratégias poderão ser pensadas para que a escola continue avançando de maneira constante, atentando às novas demandas que possam aparecer dentro ou fora da instituição.

Concilia interesses da comunidade

O planejamento acaba por englobar todas as partes da instituição de ensino, tanto internas quanto externas (docentes, discentes, funcionários, governo, família e toda a comunidade).

É indispensável que a comunidade participe efetivamente das decisões do planejamento: para que seja, de fato, um instrumento de melhoria na educação dos

alunos, ele precisa ser pensado coletivamente, com compromisso e responsabilidade, a partir de um processo de mobilização que envolve elaboração, acompanhamento, avaliação e reelaboração.

Uma das mais importantes tarefas da equipe gestora é encontrar pontos de partida para atingir um nível esperado de mobilização, pois muitas lideranças vão emergir durante o processo, provocando novas adesões.

Sendo assim, além de abrir espaço para que os membros da equipe de coordenação pedagógica e docentes troquem experiências, o planejamento possibilita que o conselho familiar e a comunidade tenham oportunidade de contribuir para a instituição. Essa atitude de conciliar interesses de todos os participantes torna a escola mais consciente das demandas externas e mais democrática.

Como mencionamos no início do post, o planejamento pedagógico tem como finalidade traçar metas para serem cumpridas durante o ano letivo, a fim de que a instituição escolar se oriente da melhor forma possível.

Então, para que ele seja produtivo e eficaz, é fundamental que apresente objetividade, ordem sequencial, flexibilidade e coerência, cabendo ao educador, em conjunto com os demais membros da escola, adaptar o planejamento pedagógico quando necessário, com o intuito de assegurar uma das funções primordiais do documento: a de guiar as práticas dos professores em sala de aula.

MONTAGEM DO CURRÍCULO ESCOLAR

O currículo escolar é o grande norteador de todo o processo educacional de uma escola. Confira dicas e aspectos importantes para a sua construção.

A aprendizagem escolar está intrinsecamente vinculada ao currículo, sendo que esse é organizado com o objetivo de orientar as ações dos professores e os diferentes níveis de ensino. Um bom currículo escolar deve considerar os valores que orientam a prática pedagógica, as necessidades e condições dos estudantes e, claro, o cotidiano escolar.

Diversas transformações têm acontecido nas escolas em todo o mundo. Novas metodologias de ensino estão sendo utilizadas graças às inovações tecnológicas que acabam enriquecendo as aulas e tornando o ensino mais produtivo.

Dessa forma, para ajudar você a ficar por dentro dessas novidades, falaremos mais neste post sobre o currículo escolar e cinco principais aspectos que podem ser considerados no momento de sua elaboração. Continue lendo e confira!

1. Analise as novas práticas escolares

As instituições escolares sofrem mudanças devido às constantes evoluções tecnológicas. Por isso, a escola, no momento de criação do currículo, precisa considerar as novas práticas para que ele seja realmente significativo para os estudantes.

Os alunos estão cada vez mais inseridos na era digital e isso pode ser aproveitado dentro de sala de aula, unindo as facilidades que a tecnologia proporciona com os interesses do aluno. O objetivo é sempre o de auxiliar o aprendizado e de tornar as formas de ensino cada vez mais próximas do que o aluno espera.

Tanto educadores quanto estudantes têm procurado informações rápidas e confiáveis. Por isso, é essencial inserir as inovações tecnológicas no currículo escolar, como jogos, redes sociais, aplicativos, entre outras ferramentas de ensino.

2. Leve em conta as necessidades dos alunos

Não adianta planejar um currículo escolar sem levar em consideração necessidades que os alunos apresentem, aliás, o currículo é feito para garantir um aprendizado realmente significativo. É importante frisar que avaliar os estudantes exclusivamente por meio de conceitos ou de notas acaba gerando problemas, visto que a avaliação passa a ser superficial, não analisando, portanto, conhecimentos gerais e habilidades dos discentes.

É fundamental analisar as habilidades que os alunos desenvolvem ao longo das aulas e, principalmente, as necessidades que eles apresentaram para aprender o conteúdo. Também vale ressaltar o quanto é importante estabelecer critérios para formar turmas, já que facilita o processo de ensino-aprendizagem.

Assim, a dinâmica das turmas é favorecida, além de melhorar a qualidade da aprendizagem coletiva. Agrupar os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem em uma mesma turma, separando-os dos que têm mais facilidade para aprender, pode não ser algo saudável para o desenvolvimento dos próprios alunos e também para o trabalho pedagógico do professor.

Essa é uma maneira de estimular a cooperação e a sociabilização entre os alunos, já que ao realizarem trabalhos em pares ou em grupos, acabam tendo mais responsabilidade. Afinal, os compromissos são divididos entre os alunos, logo, cada um terá que realizar a sua tarefa.

Mas, para que todos os estudantes participem do trabalho em grupo e não sejam apenas coadjuvantes, cabe ao professor optar por atividades desafiadoras que exijam a participação e reflexão de todos. Estabelecer papéis com funções definidas para cada membro do grupo é uma ótima maneira de ter a certeza de que todos vão colaborar.

3. Introduza a tecnologia no ensino

A tecnologia inserida na educação estimula os alunos a aprenderem o conteúdo, oferecendo melhores experiências de aprendizagem a perfis de estudantes diferentes.

Em uma turma com muitos alunos, entender as necessidades de cada um parece ser uma tarefa quase impossível. No entanto, com o uso de ferramentas tecnológicas é possível avaliar os alunos de forma mais prática e rápida, já que a educação será personalizada.

Por exemplo, utilizar avaliações online realizadas em tablets, certamente vai proporcionar uma experiência diferente para os estudantes. É um recurso que agrada tanto os professores — já que poderão avaliar os alunos de forma rápida e prática, quanto os alunos, pois eles sentem um grande interesse e motivação em utilizar as ferramentas tecnológicas que já fazem parte do seu dia a dia. Ou seja, são diversificações das práticas metodológicas que vão transformar positivamente o ambiente educacional.

As novas tecnologias já fazem parte da vida do estudante fora da sala de aula. Portanto, trazê-las para o ensino é uma forma de aumentar o dinamismo nas aulas e aprimorar a qualidade da educação.

Quando o professor consegue fazer um bom uso das ferramentas, principalmente o de aumentar a integração entre o educador e o aluno, incentivando a afetividade e a autonomia, vários benefícios são somados à rotina educativa.

4. Defina padrões

Existem algumas normas em vigor para a organização de um currículo escolar, mas um aspecto positivo é a oportunidade de ter esses padrões existentes como um guia e também poder criar normas diferentes que possam ajudar os alunos a conquistar os seus objetivos.

Sendo assim, os gestores encarregados de organizar o currículo podem estudar todas as normas que já se encontram definidas para as escolas, a fim de verificar se houve alguma mudança e se ela seria um benefício adicional para o currículo.

5. Avalie o desempenho atual e estabeleça metas

As escolas que criam um currículo bem elaborado e atual representam mudança e progressão. Portanto, para que ele continue sendo eficaz, é importante antes de definir novas metas, avaliar o que já vem sendo feito.

Uma avaliação cuidadosa do atual programa vai permitir que haja um bom desenvolvimento da escola em áreas que pedem por mudanças.

Vale lembrar que as medidas unificadoras do MEC (Ministério da Educação) visam garantir apenas determinados conteúdos que são essenciais nas escolas. Portanto, conclui-se que os gestores possuem bastante espaço para acrescentar inovações e diferentes conteúdos em seus currículos.

Alguns desses conteúdos diferenciados podem ser o ensino bilíngue, as matérias eletivas, a educação complementar e a formação da cultura, por exemplo.

Uma grande vantagem de inserir esses conteúdos no currículo é o desenvolvimento cognitivo e emocional, pois eles ampliam a capacidade dos alunos de utilizar o

conhecimento adquirido em outros contextos da sua vida, além de favorecer condições para uma aprendizagem mais significativa. É o caso dos grupos de debates, do aprendizado de idiomas, da formação artística, da educação emocional, entre outros.

Não são apenas as habilidades cognitivas (raciocínio lógico, inteligência e capacidade de resolução de problemas) que se desenvolvem, como também as não cognitivas (resiliência, curiosidade, cooperação e sociabilidade). Essas são tão essenciais no sucesso de um ser humano quanto as primeiras.

Por fim, vale lembrar que o currículo escolar não é estático. Portanto, ele continua sendo construído ao longo do período letivo. Torna-se necessário, então, analisar e compreender todo o processo de produção do conhecimento para que ele possa ser modificado de acordo com os interesses, as aptidões e as características culturais dos próprios alunos.

3- GESTÃO PEDAGÓGICA



Entenda a importância da gestão pedagógica para o cenário educacional da sua escola.

A educação escolar, para conseguir atingir seus objetivos, deverá ter conhecimento sobre a importância e delimitar o papel de cada funcionário. Com o gestor isso não é diferente.

Para enfrentar os desafios e mudanças que as escolas têm passado na contemporaneidade e conseguir fazer com que toda a comunidade escolar esteja envolvida, é necessário que gestão pedagógica seja composta por educadores.

O objetivo dessa administração deverá atingir o fim pedagógico, ou seja, que o aluno seja educado. Mas isso não é uma tarefa fácil!

Para construir uma instituição de ensino de qualidade é necessário que o projeto político-pedagógico de cada unidade seja construído de maneira coletiva.

E os gestores deverão garantir que a problematização feita nesse documento não permaneça somente no âmbito do papel, dentro de uma gaveta. Por essa razão, a gestão pedagógica é tão importante.

Ela deverá buscar sistematicamente que os recursos empregados na escola garantam o que a idealização do projeto político-pedagógico aconteça.

Vale destacar que, a gestão pedagógica deverá estar constantemente promovendo ações que visam proporcionar o envolvimento de todos que se relacionam com a escola como, pais, funcionários, alunos, prestadores de serviços, entre outros.

Portanto, ser um gestor pedagógico é ir além dos problemas burocráticos de cada unidade de ensino.

Ficou interessado? Neste post, destacamos as funções do gestor escolar e como ele desempenha um papel fundamental para o aprendizado!

A importância da gestão pedagógica

A função básica de um gestor escolar é singular. Esse profissional é encarregado de estruturar ambientes que assegurem o direito dos alunos de serem educados e cuidados da melhor forma possível, tendo como base o planejamento político e pedagógico daquela instituição, como foi dito nessa introdução.

No entanto, como saber se a escola está conseguindo atingir seus objetivos? É nesse sentido que a importância da gestão pedagógica se faz tão necessária e insubstituível.

É ela encarregada a realizar, a partir do exame e diagnóstico sobre as atividades, os espaços e as interações possibilitadas no ambiente escolar.

O gestor que é também um educador, deverá criar mecanismos democráticos e éticos para avaliar se as ações feitas na instituição estão conduzindo a uma educação de qualidade para todos os alunos.

Isso envolve a concepção dos materiais e das metodologias de ensino, além da formação dos professores e da interação e participação com as famílias e a comunidade.

Além de estar atento aos problemas enfrentados pela escola buscando a resolução efetiva desses conflitos.

Quem é o gestor escolar

Nas escolas, a equipe gestora é composta por diferentes profissionais como: diretor, coordenador, supervisor e orientador.

Esses profissionais compõem uma equipe que está diretamente relacionada com a administração das escolas, porém, cada um tem sua função distinta.

Dentro da escola, o diretor é o responsável legal por ela, além de administrar as verbas recebidas, ele deverá cuidar da equipe de funcionários, das matrículas dos alunos e até mesmo, em casos específicos como, algum tipo de violência sofrida pela criança, cabe o diretor a responsabilidade de conduzir essa situação aos órgãos responsáveis da cidade.

O coordenador pedagógico é aquele que cuida das ações que envolvem a metodologia de ensino.

É o coordenador pedagógico responsável por auxiliar nos projetos educacionais das escolas, promover reuniões pedagógicas, auxiliar professores para que a escola tenha uma unidade e coerência dentro dos padrões de ensino estabelecido no Projeto Político Pedagógico.

O supervisor de ensino tem o papel de fiscalizar as escolas, ele não se envolve apenas com uma unidade e sim com as escolas de uma determinada região.

Por fim, o orientador deverá dar assistência ao aluno de maneira individual ou em grupo, buscando o desenvolvimento pessoal desse aluno através de uma ampla relação com a escola e a família.

De uma maneira geral, a tarefa da gestão pedagógica pode ser dividida em quatro principais funções: a gestão do currículo, a gestão da ação docente, a gestão do patrimônio e a gestão dos resultados.

A gestão do currículo

O gerenciamento do currículo envolve todos aqueles aspectos relativos à correta implementação das diretrizes pedagógicas, bem como a avaliação dos processos de aprendizagem.

Por isso, esse item representa uma das principais preocupações do gestor. O gestor que usualmente cuida dessa questão é o coordenador pedagógico.

Isso significa que a apuração e a seleção das estratégias de ensino, bem como a reflexão sobre as competências e os conteúdos mais condizentes com a realidade escolar deverá ser gerida por esse profissional.

Ademais, seguindo os Parâmetros Curriculares Nacionais, a escola deverá promover a elaboração de projetos transdisciplinares, capazes de alinhar conhecimento teórico e a vivência dos alunos.

Outra função muito importante nesse âmbito curricular é a promoção de medidas para o apoio e soluções que busquem recuperação dos alunos.

Nesse momento, é imprescindível o diálogo entre o coordenador pedagógico com o orientador pedagógico a fim de buscar medidas, junto a família para conseguir desenvolver os educandos dentro das suas especificidades.

A gestão da ação docente

A implementação correta da gestão curricular está em relação de dependência estreita com a gestão das atividades docentes. Afinal, a posta em prática do currículo só será efetiva com a participação ativa e a adesão dos professores.

Mas, para isso, o gestor, coordenador pedagógico, deve estar atento para propor atividades condizentes com as habilidades e especificidades dos educadores, lembrando sempre de estar pautado no Projeto Político Pedagógico daquela instituição.

Baseado no perfil do corpo docente é que esse gestor deve planejar suas ações pedagógicas.

Uma boa gestão envolve, ainda, a formação continuada por meio de módulos de ensino, do incentivo às especializações e da orientação periódica.

Manter os professores motivados é um aspecto essencial para a construção de um ambiente escolar harmônico e instigante.

A gestão do patrimônio

Outra função importante exercida pelo gestor pedagógico é a coordenação da política patrimonial da instituição de ensino.

Por isso, o diretor se faz tão necessário, ele deve ser capaz de planejar o gerenciamento financeiro para reduzir as despesas nos custos e na manutenção dos equipamentos, bem como fomentar medidas para impedir a degradação do patrimônio escolar.

Assim, é necessário incluir no planejamento pedagógico a avaliação das necessidades de equipamentos e de tecnologias para assegurar a correta implantação daquilo que foi definido na gestão curricular e ação docente.

Envolver a comunidade do entorno escolar pode ajudar na conservação do patrimônio e impedir ações de vandalismo.

A gestão dos resultados

Somente a reflexão periódica, junto à constituição de metodologias de análise, é que tornará possível ao gestor pedagógico visualizar os resultados obtidos em seus planos de ação e corrigir possíveis falhas desse processo.

Nesse ponto, é interessante, por exemplo, negociar e planejar com toda a comunidade escolar, formas e critérios para avaliar o desempenho das turmas.

Isso permitirá uma análise comparada e o intercâmbio de boas estratégias de ensino.

Além disso, a gestão dos resultados envolve ainda um aspecto de fiscalização do cumprimento das determinações do projeto político-pedagógico e das resoluções municipais.

Função predominantemente exercida pelo supervisor de ensino.

A importância de uma gestão democrática

Como pudemos perceber, para obter sucesso em seu empreendimento, o gestor pedagógico necessita ter amplo conhecimento sobre educação e suas implicações

para conseguir desenvolver um amplo projeto que seja eficiente e busque qualidade no ensino, bem como, emancipação dos educandos.

Isso significa, portanto, que ele deve possuir uma enorme capacidade de liderança e habilidades gerenciais proativas.

Liderança, no entanto, não deve ser confundida com autoritarismo.

Ao contrário, é primordial que o gestor estimule medidas que construam uma escola democrática, capaz de envolver e respeitar todos os envolvidos nos seus processos.

Diálogo é uma atitude fundamental para um bom ambiente de ensino.

Assim, é muito salutar que ele busque a admiração dos docentes, gerando um bom clima de trabalho.

Além disso, ele deve ser respeitado pelos alunos, tornando-se uma figura em que eles reconheçam um norte.

Por fim, deve auxiliar os pais, desde que respeitada sua hierarquia.

É somente com um ambiente inclusivo que a escola se torna um local de aprendizagem sólida, transformadora e harmônica.

Como vimos, a gestão pedagógica é fundamental para uma instituição de ensino de qualidade.

A função do coordenador em sala de aula

Existem muitas dúvidas acerca da função do coordenador pedagógico nas salas de aula. Muitas escolas não têm esse profissional e muitas que têm, não o utilizam para a função que realmente lhe são designadas.

O coordenador pedagógico é sem dúvida uma figura importante para a construção de uma educação de qualidade. Segundo um estudo realizado pela Fundação Itaú Social e o Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, duas de oito estratégias eficientes voltadas para transformar e melhorar a educação dizem respeito a atuação do coordenador pedagógico nas escolas.

No entanto, o papel desse profissional não está bem definido na prática de algumas instituições, dificultando um bom desempenho dessas escolas. Isso pode ser explicado pois ao longo dos últimos 30 anos as atribuições do coordenador pedagógico sofreram alterações.

Por esse motivo, neste artigo focaremos em mostrar quais são as reais funções de um coordenador pedagógico na comunidade escolar e a importância do apoio familiar nesse contexto. Acompanhe!

O coordenador pedagógico

A coordenação pedagógica passou por uma transição na década de 1990, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(Lei 9394/1996). Desse modo, o coordenador acabou deixando para trás o aspecto controlador e fiscalizador de suas atribuições para assumir a corresponsabilidade pela sala de aula, tirando a exclusividade desse trabalho do professor, e atuando a seu lado no acompanhamento do desempenho dos alunos. Concentrou também a função de “coordenação de pais” estreitando os vínculos entre a família e a escola.

Assim, passou a ter um papel importantíssimo na gestão pedagógica: a função de articulador do projeto pedagógico da escola e da rede onde ela está inserida, tomando para si a responsabilidade da formação continuada dos professores. A seguir detalhamos algumas das funções desse profissional, confira:

As funções do coordenador pedagógico

O coordenador pedagógico possui diversas atribuições dentro do contexto escolar. Dentre elas, podemos destacar:

Coordenação dos interesses pedagógicos, ou seja, tudo que diz respeito ao funcionamento pedagógico das escolas;

Liderar a construção do Projeto Político Pedagógico, bem como, a proposição de alternativas para o melhor cumprimento deste documento;

Verificar e buscar garantir a viabilização dos recursos necessários para aulas e reuniões;

Assessorar as atividades relativas ao funcionamento pedagógico da unidade escolar, além de promover debates para que haja construção coletiva de ideia e planejamentos para promover uma educação de qualidade;

Supervisionar a prática pedagógica afim de garantir que ela aconteça efetivamente. É importante destacar que esse profissional não tem a função de inspecionar o professor e sim, buscar auxílio para promover ações que busquem solucionar problemas;

Formação continuada dos professores, para mantê-los sempre atualizados e alinhados com a metodologia que a escola segue;

Organização de conselhos de classe a apresentação de sugestões para que as diferentes práticas de ensino-aprendizagem possam obter resultados efetivos nos alunos;

Realização da ponte entre família e escola, para que ambas possam construir juntas uma educação de qualidade.

Contudo, sua principal função é tornar o processo de ensino-aprendizagem mais significativo. Assim, todo o trabalho do coordenador é voltado para que o grupo atinja os resultados desejados.

Para que o exercício do coordenador possa ser bem-sucedido, é importante que diversas parcerias — professor-coordenador, direção-coordenador, família-coordenador, aluno-coordenador etc. — sejam realizadas. Afinal, a educação democrática só é possível por colaboração, pelo compartilhamento de saberes, pela humildade dos profissionais, pela fraternidade entre os envolvidos no ambiente educacional e pelo respeito mútuo.

A importância do coordenador pedagógico na relação entre família e escola

O coordenador pedagógico é o principal elemento nesta relação, pois permite que a família se mantenha atualizada a respeito do progresso do aluno, o que inclui suas conquistas e seus possíveis obstáculos.

Quando a família trabalha em conjunto com a escola durante o processo de aprendizagem e desenvolvimento do estudante, isso gera inúmeros benefícios, como:

mais confiança e motivação durante a rotina de estudos;

redução de possíveis problemas de disciplina;

desempenho mais satisfatório;

estabilidade emocional;

desenvolvimento das habilidades socioemocionais;

capacidade para enfrentar desafios.

Dessa forma, fica evidente que quando o coordenador pedagógico tem o apoio da família, o exercício do seu trabalho se torna mais assertivo e contribui para a evolução do processo de aprendizagem da criança e do adolescente. O feedback de todos os envolvidos no processo de aprendizagem permite compreender necessidades e criar estratégias mais adequadas para cada caso.

4- IDENTIFICAR ERROS NA GESTÃO ESCOLAR

Gerir uma escola não é uma tarefa simples. É preciso considerar o bem-estar dos alunos e funcionários, as melhores maneiras de lidar com rotinas administrativas, as questões financeiras etc. São tantas peças em movimento, que os erros na gestão escolar chegam a ser inevitáveis.

No entanto, quando identificados no início, esses problemas podem ser resolvidos sem que maiores danos sejam causados. Por isso, listamos abaixo alguns dos principais erros na gestão escolar, mostrando como a escola pode lidar com eles. Confira!

Falhas no planejamento e seu acompanhamento

Todo ano letivo começa com um planejamento. Há muitas engrenagens operando ao mesmo tempo para que uma escola funcione com excelência.

Além de um bom plano de ensino — com novas metodologias e grade curricular atualizada —, o planejamento deve se estender também para outras áreas da rotina escolar.

Aspectos financeiros (como orçamentos e despesas), gerenciamento de pessoal e da imagem (marca) da escola, otimização de processos administrativos, questões cotidianas de professores e alunos etc., tudo isso influencia no planejamento anual e deve ser levado em consideração.

Por isso, na hora de planejar, é importante ter uma visão geral e inclusiva dos vários elementos que compõem o dia a dia de uma escola.

Outro ponto importante é criar métricas de acompanhamento eficazes, que demonstrem com clareza se as metas e objetivos traçados no planejamento poderão ser alcançados no fim do ano.

Falta de investimento em inovação

O mundo está em pleno desenvolvimento tecnológico e isso gera uma série de oportunidades dentro do ambiente de uma escola.

Por meio da tecnologia, e das inovações trazidas por ela, é possível criar novas experiências de aprendizado para os alunos, bem como tornar a vida dos professores e funcionários mais fácil.

A tecnologia pode ser uma excelente aliada dentro da sala de aula e, para além disso, também traz atualizações significativas no aspecto da administração das escolas.

Por meio de softwares de gestão escolar, criados especificamente para automatizar e otimizar processos administrativos recorrentes em instituições educacionais, é possível, por exemplo, integrar dados pedagógicos e financeiros dentro de um único ambiente.

Comunicação insuficiente com pais e alunos

A comunidade escolar tem uma série de responsabilidades em relação aos alunos e suas famílias. E, tão importante quanto saber se comunicar com os alunos e mantê-los interessados nos estudos, é a comunicação com os familiares.

Eles precisam estar engajados e atualizados sobre a vida escolar de seus filhos para ajudá-los a obter sucesso ao final do ano letivo. Por isso, é importante manter um canal aberto de comunicação entre a escola, os alunos e suas famílias.

Uma maneira interessante de fazer isso é disponibilizar todas as informações referentes a cada aluno em um ambiente virtual: datas de provas, notas, grade curricular, eventos etc.

Ao mesmo tempo, é importante separar datas para reuniões de pais no calendário da escola, a fim de criar uma comunicação mais direta.

Ausência de incentivo e motivação junto à equipe escolar

Professores e demais colaboradores são cruciais para que uma escola opere com excelência. Mas, para isso, é preciso que eles sejam devidamente valorizados e motivados ao longo do ano. A rotina de trabalho de uma instituição educacional é

cansativa e estressante, e pode ficar complicada caso os funcionários não se sintam incentivados.

Os gestores devem se esforçar para que professores e colaboradores tenham boas condições de trabalho, sejam ouvidos e apoiados em suas ideias, tenham suas dúvidas e reclamações consideradas etc.

Além disso, a gestão escolar pode incentivá-los em suas qualificações profissionais, custeando cursos e oferecendo premiações para os que mais se destacarem.

É importante lembrar que todo planejamento está sujeito a falhas e imprevistos. No entanto, os erros na gestão escolar, se identificados no início e tratados com seriedade e bom senso, podem ser resolvidos sem grandes danos à comunidade escolar.

5- COMO DEVE SER UM PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O professor de educação infantil tem papel fundamental na etapa inicial de aprendizado e formação de crianças. Como primeira referência educacional, além dos membros da família, cabe a esse profissional contribuir para os alicerces de conhecimento de cada indivíduo.

As escolas veem-se diante de um grande desafio ao realizar um processo seletivo em busca de profissionais não apenas capacitados, mas também alinhados à metodologia de ensino e às filosofias da instituição. Cada vez mais, reconhece-se a necessidade de criar um quadro docente sólido, em que se verifique pouca rotatividade e, conseqüentemente, a possibilidade de construção de um relacionamento de afeto e confiança com os alunos e suas famílias.

Da seleção de currículos às entrevistas individuais, é possível fazer boas escolhas. Conheça, a seguir, alguns critérios que auxiliam na etapa de seleção.

Encontre profissionais que sejam compatíveis com a escola

Ao avaliar os currículos enviados, a primeira etapa é conhecer a formação do candidato. Ou seja, em que instituição ele se formou, qual é a nota do curso de pedagogia atribuída pelo Ministério da Educação — MEC, se há alguma especialização, cursos complementares etc.

Pós-graduações, como mestrados acadêmicos, dão boas bases teóricas para que o professor se aprofunde em sua área de conhecimento. Considerando-se que a educação infantil demanda métodos de trabalho e aprendizagem específicos, a formação pode ampliar aptidões e abordagens educacionais.

Além do currículo acadêmico, a experiência profissional e o período de permanência em colégios anteriores dão uma dimensão sobre o perfil do candidato e seu nível de compatibilidade com a metodologia da escola.

Avalie o perfil pessoal e o método de dar aulas

Um professor de educação infantil é responsável por gerenciar e coordenar o espaço e o tempo das crianças. O educador deve reunir competências e habilidades para criar hábitos de higiene e alimentação, rotinas de atividades, planejar situações de aprendizagem que promovam conhecimentos, o que envolve também o desenvolvimento neurológico e socioemocional de cada aluno.

A equipe responsável pela seleção do quadro de colaboradores da escola, ao fazer sua escolha, deve avaliar bem o perfil do professor, identificando sua capacidade de trabalhar o lado psicológico e o domínio da classe. A autoridade do professor é importante e decorre de seu profissionalismo. Isso significa uma autoridade natural e respeitosa, sem reprimir nem tampouco cercear estudantes que têm seu primeiro contato com uma estrutura organizada de educação.

O profissional deve ser atento, paciente e capaz de realizar intervenções didáticas que promovam o uso estratégico do lúdico. O brincar é importante desde que não configure improvisado ou cause dispersão em sala de aula.

Opte por um profissional que também seja leitor assíduo

A fase escolar que corresponde à educação infantil, de 0 a 5 anos, envolve muito trabalho com a imaginação e a criatividade de cada aluno, considerando-se que estão em seus primeiros anos de vida e têm uma enorme curiosidade sobre o mundo em que crescem. Assim, o incentivo à leitura, vindo do professor, pode abrir portas para uma grande expansão de conhecimento.

O profissional com repertório de leitura tem mais referências de contos de fadas, fábulas, lendas e leituras lúdicas adaptadas a cada faixa etária. As competências e saberes de um professor leitor lhe conferem a possibilidade de realizar atividades diferenciadas em sala de aula, evitando a monotonia e envolvendo toda a turma em projetos criativos e sensíveis.

Os livros também funcionam como pretexto para o desenvolvimento da educação musical, excelente ferramenta para ampliar a capacidade linguística e o conhecimento multidisciplinar de cada aluno, até mesmo dos que apresentam maior timidez em sala de aula. Um exemplo de prática é a contação de histórias com músicas. Não é preciso que o professor domine um instrumento musical. Basta levar

equipamento de áudio, algum recurso de percussão ou incentivar o canto de toda a turma – a voz é nosso primeiro instrumento musical e deve ser bastante estimulada.

Escolha um professor que desenvolva as capacidades socioemocionais dos alunos

Cabe ao professor de educação infantil estabelecer regras e condutas em classe a serem observadas por todos os alunos, mas também conhecer cada perfil individualmente, identificando suas características, promovendo a autonomia e dando suporte para a resolução de problemas.

A partir dessas atitudes, o profissional tem como trabalhar o lado psicológico das crianças e ajudá-las a identificar suas emoções, canalizando-as para boas atitudes, como o desenvolvimento de empatia e o auxílio a amigos e a familiares.

Busque um perfil com conhecimentos tecnológicos e atualização teórica

Um professor de educação infantil com repertório sobre novas tecnologias em sala de aula e atualização teórica na metodologia pela qual se orienta é um profissional valioso para as escolas.

Com isso, tem a capacidade de introduzir as crianças em atividades que envolvam uso de aplicativos, por exemplo, como jogos de leitura, lógica e memória. Cabe a ele orientar os primeiros contatos, mediar as interações e conscientizar sobre o fato de que o contato excessivo com a tecnologia deve ser evitado, em casa ou na escola.

Valorize a formação continuada

A graduação em pedagogia proporciona os conhecimentos necessários e requeridos para o início da prática, mas é possível e desejável que o profissional tenha um perfil com disposição contínua para o aprendizado. Com especializações, cursos temáticos, participações em palestras e convenções, todos ganham! A escola, o profissional e os alunos que aprenderão com ele.

Ao contratar um novo membro para sua equipe, avalie seu histórico, considerando sua disposição para investir na continuidade de sua capacitação. Há sempre novas tecnologias, técnicas e métodos que podem ser aprendidos e colocados em prática.

Escolha um indivíduo que mantenha o diálogo com a família

O profissional de educação competente não limita seus bons relacionamentos à equipe pedagógica, mas também à família e aos responsáveis pelo aluno. O profissional com essa habilidade consegue envolver inclusive os pais na construção de saberes de modo a favorecer a situação de aprendizagem de seus alunos.

Especialmente durante o período da educação infantil, em que todo contato é fundamental para acompanhar o desenvolvimento da criança e mensurar quão saudável ele tem sido. O professor, nesses casos, agrega, reúne, ajuda a orientar. É ele, normalmente, quem vai identificar sintomas de transtornos psicológicos, distúrbios de atenção e problemas oftalmológicos. Tê-lo como apoio da instituição é um modo de fortalecê-la e dar a ela mais respaldo.

Opte por alguém que queira se desenvolver com a escola

Além de seguir as regras da instituição, alinhar-se à sua metodologia e integrar a equipe pedagógica, o professor que demonstra interesse em se desenvolver com a escola representa sua lealdade e dedicação.

Com um perfil analítico e o contato em sala de aula na prática diária, o professor de educação infantil pode propor soluções para que todos, da coordenação pedagógica ao corpo docente, cresçam juntos, de forma a melhorar seus métodos de ensino e ampliar a capacidade de desenvolvimento dos alunos, desde pequenos.

6- EDUCAÇÃO DE ADULTOS

A educação para adultos é o tipo de educação orientado para adultos que completaram ou abandonaram a educação formal. É uma prática em que adultos se envolvem em atividades sistemáticas e sustentadas de autoeducação a fim de obter novas formas de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores.

Pode significar qualquer forma de aprendizagem de adultos que envolve, além da escolarização tradicional, a alfabetização básica para a realização pessoal.

Em particular, a educação de adultos reflete uma filosofia específica sobre aprendizagem e ensino com base no pressuposto de que os adultos podem e querem aprender, que são capazes e dispostos a assumir a responsabilidade por sua aprendizagem e que a própria aprendizagem deve responder às suas necessidades.

No Brasil

O pedagogo Paulo Freire desenvolveu importantes estudos sobre a educação que culminaram numa modalidade de ensino específico para o público adulto no Brasil, conhecida como "Educação de Jovens e Adultos (EJA)". Essa política é construída com recursos financeiros próprios para a modalidade, além das especificidades das relações de ensino-aprendizagem, criação de material didático e formação específica e continuada de professores. Contudo, essa política, assim como outras, é marcada por avanços e retrocessos, passando na atualidade por uma desvalorização.

Didática Solidária na Educação de Jovens e Adultos – EJA

Nos últimos séculos, o Capitalismo se fortaleceu e se transformou muito. Houve diversas mudanças nos meios de produção, as relações no mundo do trabalho foram aperfeiçoadas de acordo com as necessidades e interesses do capital. A ideologia e valores capitalistas impostos à humanidade, fundamentados na exploração do homem pelo próprio homem, no lucro a qualquer custo, no incentivo à competitividade, no individualismo, no consumismo e na heterogestão, geraram

desigualdades sociais, miséria e um processo que finda na desumanização do ser humano por meio de exclusões de todas as formas.

Somos levados a refletir sobre a perversidade do sistema capitalista, que, através de sua ideologia egocêntrica, individualista e materialista, procura alimentar e sustentar esse sistema a qualquer preço, explorando os mais pobres indiscriminadamente, justificando isso como natural e necessário para o progresso.

A educação, até então realizada, tem servido como ferramenta para o desenvolvimento e manutenção desse modo de viver, ser e fazer capitalista. As políticas educacionais desenvolvidas, com objetivos de atenderem a demanda do mercado, não propiciaram ao ser humano uma educação voltada à humanização.

Os excluídos, principalmente o proletariado industrial, procuraram buscar alternativas de produção, distribuição e consumo, nos quais os bens econômicos fluem e transitam entre as pessoas através de relações econômicas, reciprocidade, cooperação e doação, surgindo, então, a Economia Solidária. Mas, esta ainda não foi amplamente disseminada e apreendida pela sociedade em geral, apesar da sua grande relevância em sua utilização como forma de vida, voltada ao ser humano.

Acreditamos que a educação é uma ferramenta importantíssima para que possamos desfrutar de uma sociedade mais justa e humana. E, para que isso ocorra, devemos começar a pensar em: o que, como, para que ensinamos jovens e adultos. Diante deste quadro alarmante, cabe-nos a responsabilidade de nos unirmos em busca da construção de uma Educação de Jovens e Adultos pautada em uma didática que propicie o desenvolvimento do conhecimento gerando soluções para esses problemas, apontando novas possibilidades que atendam de forma humana essas classes que estão excluídas do sistema, desenvolvendo novas oportunidades de inclusão e manutenção de um sistema que possa co-existir com o capitalismo e que respeite, valorize e estimule a apropriação de uma cultura mais humanizada, onde a essência humana esteja em primeiro plano e a solidariedade e a coletividade seja ponto de partida para uma verdadeira vida em sociedade e com qualidade, pois muitas são as teorias didáticas existentes que, na prática, ou são aplicadas

incoerentemente ou atendem às necessidades do capital, reproduzindo assim, sua ideologia e valores para a manutenção e reorganização do sistema capitalista.

1.1 Justificativa

Hoje em dia, temos muito presente nas escolas uma didática que não valoriza a interação do educando com o processo de aprendizagem, o que determina uma prática individualista, de poder ou até mesmo descompromissada, onde o professor acredita ser o detentor do saber e o educando se transforma em um receptor de mensagem.

A didática em sala de aula passa pela concepção que se tem por educação, e para que o educando se transforme em sujeito do processo de aprendizagem se acredita que o conhecimento é construído através da troca solidária, onde o aprendizado se torna mais significativo e dá sentido a busca de novos saberes.

1.2 Objetivos

- a) Reconhecer e explorar os espaços escolares como ambientes coletivos e solidários;
- b) Garantir dentro do planejamento das sequências das atividades a vivência dos princípios da Economia Solidária;
- c) Mediar conflitos cognitivos nas relações escolares para humanização;
- d) Compreender como as inteligências múltiplas são trabalhadas na construção do conhecimento.

2.0 DIDÁTICA

2.1 Origens e características da escola moderna

A escola, como a conhecemos nos dias de hoje, tem suas origens na Europa Ocidental, entre os séculos XV e XVII. Nesse período, a infância era considerada como fase da vida ou momento particular e específico da humanidade que se diferenciava dos adultos, logo, deveria ser dada maior atenção e deixando as crianças separadas, protegidas dos problemas mundanos, dos perigos e desejos que os adultos poderiam lhes trazer. A educação era elitista, para alguns pequenos grupos privilegiados.

A partir da metade do século XIX, a educação teve maior abertura para quase todas as pessoas, através de processos governamentais organizados em sistemas de ensino.

O ritmo dessa expansão e consolidação desses sistemas gerou o que foi denominado por muitos estudiosos como “Escola de Massas”. Apesar de possuírem bases semelhantes, cada sistema tinha as suas diferenças ou especificidades, variando de região para região. Devido as semelhanças existentes, podem ser considerados como uma das primeiras instituições globais do mundo moderno.

A escola de massas
“O processo de expansão e consolidação dos diversos sistemas nacionais de ensino ao longo de todo mundo recebeu o nome de escolarização de massas. Um grupo de estudiosos da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, mostrou que os diversos processos nacionais de escolarização apresentam muito mais características comuns do que diferenças. Iniciada em alguns países da Europa Ocidental e da América do Norte por volta de 1850, a escolarização de massas conseguiu se estender a praticamente todos os lugares do planeta, configurando sistemas escolares com características muito semelhantes, como as seguintes:

- *Ensino primário de quatro anos, que depois se torna um ensino fundamental de oito ou nove anos.*
- *Escolaridade obrigatória entre os seis ou sete anos até os catorze anos de idade – hoje se estendendo um pouco mais.*
- *Seriação anual e, mais recentemente, ciclos de aprendizagem.*
- *Professores generalistas nas séries iniciais e especialistas nas séries finais.*
- *Classes mais ou menos homogêneas, agrupadas preferencialmente de acordo com a idade dos alunos.*
- *Currículos padronizados, organizados principalmente por disciplinas.*
- *Controle estatal das escolas ou pelo menos da emissão dos certificados e diplomas.*

- *Instituição de mecanismos de controle, avaliação e seleção do material didático.*
- *Mecanismos legais de acesso e de exercício da profissão docente.*

Esse processo seguiu ritmos bastante diferentes nos diversos países. No Brasil, por exemplo, só muito recentemente foram atingidos níveis de alfabetização e de acesso à escola próximos da totalidade da população em idade escolar. Na Europa Ocidental, isso já acontecia, mesmo em países mais pobres, há mais de 50 anos. Na Coreia do Sul, esses índices foram atingidos há quase 30 anos, como resultado de grandes investimentos em educação” (Jaime Cordeiro – 2010)

A forma de organização da sala de aula; a presença de um professor para diversos educandos; o agrupamento por idade e nível de conhecimento; o ensino graduado ou a seriação; programas e currículos transpostos para atender interesses; ciclos curtos de avaliação; reforçando a homogeneidade; busca de novos métodos para uma educação mais eficiente; controle da disciplina; distribuição rigorosa de horários escolares semelhantes em todo o mundo.

Toda essa semelhança educacional mundial, isto é, toda a semelhança do ensino e da escola concebidos no mundo moderno, recebeu o nome de Gramática Escolar.

Foi também a partir de meados do século XIX que ocorreu a afirmação plena de Estados Nacionais, na Europa, na América e, depois, no restante do mundo.

A Gramática Escolar não deve ser explicada pela imposição do modelo escolar dominante pelos países mais poderosos sobre os menos independentes políticos e economicamente, mas pela difusão da idéia de financiamentos de políticas públicas de educação realizadas por especialistas organizações internacionais preocupadas com o desenvolvimento. No entanto, à lógica de Gramática Escolar deve se combinar à do regionalismo, às diferenças de cada país, de cada nação, cada um com seu processo histórico, tornando cada sistema único, com suas especificidades.

Portanto, há muitas semelhanças em ensino, escola e em ser professor mundialmente, que deve se juntar com outra parte composta pelas especificidades,

regionais, peculiaridades históricas e políticas distinguindo-se características próprias de cada país.

2.2 Origens e histórico sobre a Didática

A Didática, cada vez mais, tem sido objeto de muitos estudos e, conseqüentemente, gera muitas polêmicas com relação as suas diversas definições ou conceitos desenvolvidos no decorrer dos séculos.

A palavra Didática tem origem grega didasko, que significava ensinar ou instruir. Tradicionalmente atribui a sua fundação a um educador chamado Comenius (Jan Amos Komensky), nascido na Morávia, região do antigo reino da Boêmia, na Europa Central, hoje República Tcheca, em 1592, e morreu na Holanda, em 1670. No século XVII, ele publicou a obra “*Didática Magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos*”, livro considerado marco inicial da disciplina tanto no ponto de vista da influência que exerceu na época, quanto em muito tempo depois.

Comenius defendia a possibilidade da criação de um método universal capaz de orientar o professor em seu trabalho. Seu objetivo principal era que os professores ensinassem menos e os educandos aprendessem mais. Associando a Didática e o ensino a arte, a técnica de executar o trabalho, isto é, a arte de ensinar. Posicionando, assim, o professor como aquele que domina a profissão de ensinar, gerando, para muitos estudiosos, a idéia de missão e respeito do trabalho do professor.

Muitas funções e atribuições foram delegadas ao professor e, cada vez mais, gerando-se confusão sobre a verdadeira função do professor, até a atualidade. Mas podemos atribuir essa confusão de significados e atribuições se deve a própria origem da escola no mundo acidental, ligadas aos estabelecimentos religiosos, associando permanentemente a marca entre magistério e sacerdócio. É na educação que a Didática tem o seu foco principal: o ensino. E, é este que define suas especificidades e lugar. Assim sendo, fica notável a relevância e necessidade de se entender o significado da idéia de ensinar para o exercício eficaz do docente.

“O modo como os professores entendem o que é ensinar afeta grandemente o que efetivamente fazem na sala de aula” (Paul Hirst).

Primeiramente, devemos observar atividades que podem e devem fazer parte do ensino: algumas que não estão relacionadas diretamente ao ato de ensinar (apagar a lousa, fechar as janelas, entre outras); e aquelas que podem ser exploradas por outras áreas (escrever, ler comparar, entre outras).

Toda atividade proposta deve ser produzida com o objetivo de propiciar uma aprendizagem, pois todas as informações devem ser organizadas e sistematizadas com a finalidade de produzir aprendizagem. Ideia essa lançada por Comenius e acolhida por muitos estudiosos:

“O ideal de toda Didática sempre foi que o ensino produzisse uma transformação no aprendiz, que este, graças ao aprendizado, se tornasse diferente, melhor, mais capaz, mais sábio” (Amélia de Castro-2001)

“A Didática, desde a sua origem, esteve orientada pelo propósito de tornar eficiente o ensino em termos de aprendizagem” (José Mario Pires Azanha – 1985)

É um dos propósitos da Didática selecionar uma ou mais, entre várias maneiras de ensinar, a qual ou as quais produzirão a aprendizagem com maior sucesso.

Para os pensadores do século XVII, isso implicaria na aplicação do melhor método, o estabelecimento claro e objetivo das regras desse método.

Com o desenvolvimento da ciência moderna, pensadores do século XVII acreditaram que o sucesso do ensino seria alcançado com a aplicação de regras ou métodos, mas percebeu-se, mais tarde, que isso era uma ilusão didática, uma vez que só a aplicação de regras não garantiria a aprendizagem, fazendo com que os professores percebessem que apostar apenas nos métodos não seria a melhor ação, pois, dessa forma, não encontrariam respostas para os desafios que o ensino exige.

Nesse sentido, devemos levar em consideração que o ensino envolve não apenas conteúdos ou pessoas, mas ambos e as relações que são estabelecidas produzindo, assim, a aprendizagem.

“É tão logicamente absurdo dizer “ele [o professor] ensina crianças e não conteúdos” como dizer “ele ensina conteúdos e não crianças”. Essas afirmações podem ser usadas como slogans, mas uma discussão séria acerca do ensinar deverá seguramente rejeitar tais slogans em nome da simples verdade lógica segundo a qual ensinar é necessariamente ensinar algo a alguém. Não por certo no sentido em que se ensina necessariamente um “conteúdo” tradicional, mas no sentido em que, para a pessoa que aprende, tem que haver sempre uma aquisição final.” (Paul Hirst – 2001)

Logo, ensinar deve ser visto como termo muito abrangente e polissêmico, produtor de resultados variados nos processos de aprendizagens, como afirma John Passmore:

“Uma pessoa ensina quando transmite fatos, cultiva hábitos, treina habilidades, desenvolve capacidades, ensina alguém a nadar ou a apreciar música clássica, mostra como funciona um foguete lunar ou que, e por que, os planetas se movem em volta do Sol.”

Para entender o termo ensino Passmore afirma que é necessário entender a relação pedagógica a partir de três vértices: professor, aluno e conteúdos de ensino, os quais nem sempre estão explícitos, porém jamais poderão ser ignorados.

Portanto, o professor será considerado “bom” à medida que os seus alunos demonstrem ter desenvolvido a aprendizagem, ou seja, o professor será considerado eficaz sob o ponto de vista das aprendizagens dos seus alunos.

Jaime Cordeiro afirma que essa tríade na relação pedagógica deve ser completada, levando-se em consideração a relação dos envolvidos no processo com os seus pares: crianças, jovens e adultos.

Por esse motivo, no decorrer da história, muitos estudiosos defenderam turmas de alunos homogêneas, outros, heterogêneas. Porém, o que pode ser observado é que tanto aqueles, quanto esses podem obter resultados exitosos e, também, não exitosos. Diante desse quadro, algumas organizações e seleções de turmas desenvolveram posições mais ou menos radicais. Nas primeiras décadas do século XX, predominou a defesa de classes homogêneas (por idade e nível de conhecimento). Esse período ficou marcado com a criação de diversos testes de aptidão para a aprendizagem, agrupando os alunos em classes de ensino, o que ficou conhecido como “Era dos testes”.

Com a evolução política, voltada ao respeito pelas diversidades e a inclusão, desenvolveu-se a aceitação pela organização das turmas heterogêneas, as quais, também, nem sempre garantiram a aprendizagem.

Portanto, podemos concluir que, independentemente do tipo de organização das turmas, a solução para o referido problema está na participação efetiva de todas as pessoas envolvidas no processo educacional: professores, alunos, pais, especialistas, dirigentes do ensino e comunidade, potencializando assim, a eficácia na construção, seleção e resultados para cada um dos casos especificamente. Evidenciando a importância do uso do que hoje chamamos de princípios básicos da Economia Solidária (Coletividade, união, gestão democrática, entre outros.).

Outro aspecto relevante no processo educacional é o fato de como o ensino se fundamenta nas noções de natureza e o funcionamento da mente humana. Pois quaisquer mudanças desejadas nas práticas pedagógicas, visando a melhoria nos resultados da aprendizagem dos alunos, perpassam pelo que os professores tem de concepção de como as crianças, jovens e adultos aprendem, e que acabem influenciando direta ou indiretamente na forma de como ocorrerá o ensino. Sobre isso, Jerome Bruner afirma que:

“a tese que emerge é que as práticas educacionais nas salas de aula baseiam-se em um conjunto de crenças populares sobre as mentes dos alunos, sendo que algumas delas têm funcionado advertidamente a favor do bem-estar das crianças, e outras, inadvertidamente contra.”

Bruner divide os modos que se acredita que as crianças aprendem e, como consequência desse ponto de vista, o modo como se ensina, em quatro partes: 1) As crianças aprendem por imitação, isto é, pela observação e repetição de fazeres, dependendo, principalmente, de habilidades para o ato fazer, não necessariamente do entendimento e compreensão; 2) As crianças aprendem pela absorção de ideias, ou melhor, pelo domínio de um conjunto de hipóteses a respeito de um tema, assunto, problema ou questão. Em outras palavras, o aluno é receptor do conhecimento transmitido pelos educadores; 3) As crianças são seres pensantes, nesta concepção a criança é vista como um ser capaz de aprender pela permuta com outros seres pensantes. Os professores ajudam os alunos a reconhecerem suas crenças e propiciam o processo coletivo de reflexão. 4) As crianças são detentoras de conhecimento, valoriza-se a troca entre os participantes de processo educacional não dando a devida atenção ao conhecimento histórico acumulado pela humanidade no transcorrer do tempo. As crianças são detentoras de conhecimento, ou melhor, o conhecimento pessoal é confrontado com o conhecimento coletivo acumulado pela humanidade, favorecendo uma reflexão e posteriores aprendizagens.

Conclusão: a escolha da concepção do modo de ensino depende muito do que se entende por ensino e aprendizagem, pois colocamos em prática aquilo que realmente acreditamos, idealizamos, supomos, parcialmente, por não termos amplitude e diversidade do conhecimento do processo educacional, sendo esse um dos nossos principais desafios.

Os conteúdos escolares também desenvolve relevante papel no processo educacional, pois são normalmente organizados por disciplinas e distribuídos no decorrer de um período determinado, resultando na produção e estruturação do currículo escolar. Viabilizando a padronização, o modo de aprender e as relações estabelecidas com o conhecimento.

O currículo homogêneo favorece as pessoas construírem bases para a política e democracia.

Apesar disso, muitas são as ideias que surgem e contestam esse tipo de currículo, valorizando a diversificação de possibilidades de obtenção de informações e construção do conhecimento, se utilizados de forma adequada, o que realmente valorizaria e fortaleceria a democracia. Ao contrário, esta fica ameaçada de existir na prática, devido ao uso equivocado do construído.

Umberto Eco, estudioso italiano, afirma que o currículo escolar é um tipo de filtro da memória coletiva que permite o diálogo e a troca entre as pessoas. Mas ressalta também, o perigo de sua diversidade ilimitada, onde cada indivíduo tenha o seu modo específico de se relacionar com esse currículo.

“Cinco bilhões de pessoas no planeta, cinco bilhões de filtragens ideológicas. O resultado corre o risco de ser uma sociedade composta de identidades individuais justapostas (o que me parece ser um progresso) sem mediação de grupo (o que me parece ser um perigo). Não sei se uma sociedade como essa tenha chance de funcionar. Parece-me que um pouco de gregarismo é necessário.” (Umberto Eco – 1999)

Pensar na mudança de currículo exige primeiro mudar os modos de ensinar e aprender. Pois a democratização do ensino básico multiplicou os significados de forma jamais imaginada, multiplicando os nossos desafios e responsabilidades como educadores.

2.3 Pensadores sobre didática

O pensamento didático: alguns autores e ideias

Comenius

Com a grande reforma religiosa realizada por Martinho Lutero, iniciada em 1517, a Europa Central passava por fortes transformações.

Jan Amos Komensky (Comenius) nasceu na atual República Checa, em 1592, e morreu na Holanda, em 1670. Professor secundário e pastor, foi perseguido pelos católicos até a expulsão de todo seu povo da região da Morávia.

Engajou-se na defesa de seu povo e na liberdade religiosa, além de inúmeros projetos políticos e educacionais. Com isso, passou a ter contatos com governantes

e intelectuais de países protestantes de toda a Europa, além de residir na Polônia, na Inglaterra, na Suécia e na Holanda.

Produziu obras ligadas a filosofia, línguas e, principalmente, educação, sobre a qual desenvolveu ampla reforma do conhecimento e métodos de ensino.

Escreveu a obra “Didática Magna”, divulgando-a por toda a Europa e, entre 1642 e 1648, organizou a reforma educacional na Suécia, sugerindo a possibilidade e necessidade de “ensinar tudo a todos” a partir de um método único e universal que facilitaria o trabalho do professor, tornando acessíveis os conhecimentos aos alunos. Acreditava em uma educação humanizadora.

Ele dá ao professor a responsabilidade de tornar o ser humano diferente utilizando os recursos da “arte de ensinar”. O método, a ser usado, parte das impressões sensoriais e procura causas que justificam a aprendizagem dos alunos.

A didática de Comenius era centrada na razão, na observação e na comparação dos fenômenos que envolviam o processo de ensino e de aprendizagem. Isso se justifica na necessidade humana da época de construção de explicação científica e racionais do mundo das quais fazem parte Galileu, Descartes e Bacon.

Herbart

Johann F. Herbart nasceu na Alemanha, em 1776, e faleceu nesse mesmo país, em 1841. Investigou o funcionamento da mente humana e é considerado um dos precursores da psicologia experimental. Defendeu uma educação onde houvesse o controle do aluno primário, depois a instrução, gerando o que ele chama de disciplina, o qual permitiria orientar e autocontrolar a própria vontade, formando o seu caráter e a sua capacidade de juízo moral.

Apresentou o modelo didático no qual a estruturação lógica de conteúdos é desenvolvida para uma aula e a divide em cinco etapas:

- Preparação: espécie de retomada do que se viu na aula anterior;
- Apresentação: o professor expõe o conteúdo novo a ser estudado;

- Comparação e Assimilação: exemplificação de aplicação dos novos conteúdos;
- Generalização: construção de regras que permitem a aplicação do conteúdo aprendido nas mais diversas situações;
- Aplicação: exercícios a serem resolvidos.

Até os dias atuais, podemos observar a influência desse pensamento ou prática pedagógica como suporte das aulas de diversas disciplinas e escolas consciente ou inconscientemente.

Alain

Emile-Auguste Chartier nasceu em 1868 e faleceu em 1951. Foi professor secundário de filosofia, um dos poucos contestadores das ideias pedagógicas renovadoras da “Escola Nova” que estavam se tornando hegemônicas na época.

Ele adota uma postura mais tradicional e contra o que denomina “sistema de instruir divertindo”.

Os temas que mais abordou foram:

- Desenvolvimento da criança – a escola e o processo educativo são instrumentos essenciais para possibilitar e facilitar o caminho do homem rumo à concretização de seu ideal de perfeição. Logo, a criança anseia para se tornar um adulto.
- Contra a ideia de aptidões inatas – ele não acreditava nas aptidões naturais como origem das desigualdades entre os indivíduos e defendia a ideia de que a educação era o principal instrumento na construção da igualdade, ponto de equilíbrio entre o que tem mais ou menos dificuldades. Por isso, a necessidade da repetição exaustiva dos modelos em busca da superação das desigualdades.
- Interesse da criança – Alain nos apresenta o desejo da criança em se transformar em adulto, daí a importância de não fazer da aula pura diversão, mas um ambiente propício para essa transformação.
- O currículo e o ensino – defende o que chama de método severo. Acreditava que o que, verdadeiramente, leva aprendizagem não é o simples, o concreto, a experiência

peçoal, pois isso a criança já sabe e não gera a motivação pelo saber. Porém, aprendizagem só é realizada pelo complexo, o difícil, o conhecimento clássico, conforme as dificuldades que surgem e as possibilidades dos alunos. Remetendo os aprendizes aos modelos culturais renomados. Levando-os à perfeição humana e modelos a serem seguidos. Essa prática valoriza os exercícios escolares, a cópia, a imitação da reprodução exaustiva dos modelos mencionados. Através do esforço e da imitação pode-se alcançar a perfeição humana. O professor raramente deve intervir no processo para instruir, pois são as grandes obras que servirão de modelos.

Escreveu a obra “Reflexões sobre a educação”, 1932 (traduzida e publicada no Brasil em 1978).

Dewey

John Dewey, filósofo, psicólogo e educador. Nasceu em 1859, e morreu em 1952, nos Estados Unidos da América. Reconhecido por unir diversos departamentos em um só na Universidade de Chicago mostrando um pouco de sua concepção de educador.

Segundo Dewey, o interesse do leva ao conhecimento. Esse interesse aparece quando se realiza uma atividade espontaneamente, e ao ser realizada, gera uma situação problema a ser resolvida ou superada. E é justamente a educação que deve oferecer meios e oportunidades para a efetivação dessa superação, favorecendo a todo o momento que o aluno seja sujeito da construção de seu próprio conhecimento, por meio de um método baseado na investigação.

Assim, o aluno reconstrói ativamente a experiência humana, adequando-se à vida na sociedade moderna, tecnológica repleta de transformações sociais e democráticas.

Dewey divide a estrutura do ensino em cinco etapas:

- Atividades – o professor propicia situações que motivam o aluno a participar ou desenvolver atividades espontaneamente;

- Problema – questão a ser resolvida que aparece no processo de aprendizagem
- Dados – pesquisas realizadas pelos alunos mediadas pelo professor;
- Hipóteses – utilização do conhecimento prévio para a solução da questão pelos educandos
- Experimentação – Análise, comparação e conclusões, entre as hipóteses levantadas e os resultados obtidos para chegar às respostas adequadas.

Obras:

“Democracia e Educação” – 1952 e
“Vida e Educação” – 1952

Montessori

Maria Montessori nasceu em 1870 e morreu em 1952, na Itália.

Dedicou-se ao trabalho com crianças com dificuldades cognitivas e, conseqüentemente, excluídas. Desenvolveu trabalhos sobre como era que as crianças aprendiam e, devido aos resultados satisfatórios, estendeu suas descobertas às crianças ditas “normais”. Defendia a ideia de que a criança deveria ser considerada em sua especificidade, jamais tratada como adulto ou miniatura de adulto. Construiu grande diversidade de materiais pedagógicos inovadores que favoreciam a atuação do aluno no dia a dia, no uso das linguagens, dos sentidos, da matemática e das ciências. O “Material Dourado” talvez tenha sido o mais conhecido e muito usado, até hoje, em escolas do Brasil.

Valorizava o desenvolvimento das questões morais, dos bons hábitos e da higiene na preparação das crianças para a vida.

Obras:

“A criança” – sem data
“Pedagogia Científica”: sem data.

Decroly

Ovide Decroly, médico neurologista, nasceu na Bélgica, em 1871, e morreu em 1932. Dedicou-se ao estudo, a compreensão e o estímulo do desenvolvimento infantil. Seu trabalho foi fundamentado no interesse e na autoavaliação do aluno.

Também iniciou um trabalho com crianças com dificuldades cognitivas e, da mesma forma que Montessori, seus resultados se estenderam às demais crianças.

Segundo Decroly, o currículo escolar deveria se organizar em “Centro de interesses”, resultantes das necessidades básicas dos seres humanos: alimentação, defesa contra intempéries, luta contra perigos e inimigos, trabalho em sociedade, descanso e diversão.

Criou o método chamado “Método Global”, no qual a criança capta, descobre o mundo pela atenção ao conjunto das coisas ou fenômenos e não nos detalhes, partindo de temas sugeridos pelas crianças até a transposição do tema além do cotidiano das mesmas.

Lourenço Filho

Manuel Bergstrom Lourenço Filho foi um dos principais introdutores da Escola Nova no Brasil. Nasceu em 1897, em São Paulo, e morreu em 1970, no Rio de Janeiro.

Foi presidente da Associação Brasileira de Educação, criou e dirigiu o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos).

Divulgou ideias escolanovistas no Brasil. Formulou os famosos “Testes ABC” para a seleção e classificação de alunos em turmas na criação de turmas homogêneas por acreditar ser um método mais eficiente e econômico.

Obras:

“Introdução ao estudo da Escola Nova” – 1930

“Tendências da Educação Brasileira” – 1940

Freinet

Celestin Freinet nasceu em 1896 e morreu em 1966, na França. Preocupado com as práticas de ensino, criou o movimento chamado de “Escola Moderna”. Crítico do

autoritarismo da escola tradicional, pois acreditava que não atendia os interesses das crianças. Discordou de Montessori e Decroly, pois a existência de materiais pedagógicos específicos se distanciava muito da realidade das escolas destinados ao ensino das classes mais pobres.

Ele apresenta a criança como ser social, pertencente a uma comunidade e não indivíduo isolado. O trabalho coletivo deve ser realizado em todas as etapas do processo de aprendizagem por professores e alunos.

Segundo Freinet, o desenvolvimento do espírito coletivo pode transformar a escola em uma poderosa ferramenta para transformação social. Seu grande triunfo entre parte do professorado foi pautar suas ideias nas práticas vivenciadas por professores e alunos, diferentemente de outros estudiosos que teorizaram sobre as crianças ou as práticas escolares.

Obras escritas em língua portuguesa (póstumas):

FREINET, Célestin. O Jornal Escolar. Lisboa, Editorial Estampa, 1974;
FREINET, Célestin. As Técnicas Freinet da Escola Moderna. Lisboa Editorial Estampa Ltda., 1975;
FREINET, Célestin. Pedagogia do Bom Senso. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Neill

Alexander Suther Neill criou a “Escola de Summerhill”, baseada em radicais princípios de liberdade dos alunos, autogestão e não diretividade. Nasceu em 1883, na Escócia, e morreu em 1973.

Segundo Neill, os alunos não devem ser obrigados a frequentar as aulas e todas as decisões são tomadas em assembleias, nas quais professores e alunos tem o mesmo peso. Acreditava que o impedimento do pleno desenvolvimento dos alunos ocorre com a repressão da liberdade do indivíduo. O principal objetivo da educação é a liberdade. O sucesso da escola esta relacionada com a felicidade proporcionada aos alunos e não com o trabalho ou dinheiro conquistado posteriormente por meio dos estudos.

Obras:

“Liberdade	sem	medo”	–	1960;
“Liberdade	sem	excesso”	–	1968;
“Liberdade na escola” – 1967				

Paulo Freire

Paulo Freire é o mais conhecido educador brasileiro mundialmente. Nasceu em 1921, em Pernambuco, e faleceu em 1997. Interessou-se pela educação popular e a alfabetização de adultos. Seus trabalhos estão diretamente associados à solidariedade aos mais pobres.

Para Freire, a alfabetização é um processo de aquisição de consciência social e cultural da realidade vivida pelos educandos. À medida que compreende a realidade, amplia a cultura, desenvolve o intelecto o educando adquire um poderoso instrumento político.

Valorizava a construção coletiva, autônoma e igualitária. Apesar de ser dirigida inicialmente aos adultos, observa-se, até hoje, princípios da metodologia freiriana aplicados na educação de crianças e jovens: respeito a diversidade cultural, ao saber e à autonomia e estabelecimento de relações pedagógicas democráticas.

Obras:

“Educação	como	prática	da	liberdade”	–	1967
“Pedagogia	do	oprimido”			–	1977
“A importância do ato de ler” – 1984						

Snyders

Georges Snyders nasceu em 1917 na França e está vivo até hoje. Criticou a educação burguesa e a pedagogia popular. Acreditava na conscientização para a revolução socialista.

Ele tem produzido reflexões a respeito de práticas pedagógicas que sugerem a geração de alegria e felicidade. Assim, a escola deve recuperar o prazer de estudar e a felicidade e a alegria de aprender, não possibilitando o aluno se iludir com um

futuro que nunca chega, mas usar o presente e tornar a aprendizagem satisfatória e eficiente.

Defende ainda, ideias desenvolvidas pela escola tradicionalista, valorizando o conhecimento “clássico”, os modelos culturais e artísticos historicamente reconhecidos pela humanidade, capazes de proporcionarem transformações no âmbito individual e coletivo nos alunos.

Obras:

“Pedagogia progressista” – 1974
“Alunos felizes” – 1993

3. INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS

Inteligências múltiplas é o nome dado a teoria elaborada principalmente por Howard Gardner, a qual consistia em analisar e descrever melhor as inteligências.

Ele afirma a insuficiência do Teste de QI para interpretar as diversidades de habilidades cognitivas do ser humano. A aprendizagem poderá ser potencializada se forem proporcionados meios e oportunidades para que se realize, multiplicando-se as estratégias e olhares sobre o educando, suas potencialidades e os conteúdos a serem aprendidos.

Apesar das contestações por parte de diversos estudiosos, muitos educadores, a partir da década de 1980, a recebeu com boas perspectivas de aplicação prática.

“Desenvolvida e caracterizada no início da década de 1980 por Howard Gardner e muito claramente explicada em suas obras, a Teoria das Inteligências Múltiplas possui atualmente milhares de adeptos e constitui prática pedagógica de inúmeras escolas do mundo inteiro.” (Celso Antunes – 2012)

Podem ser divididas da seguinte maneira:

- Inteligência Linguística: sensibilidade para sons, ritmos e significados das palavras, além de percepção aguçada das funções da linguagem. Usada para convencer,

agradar e transmitir ideias. Apresentada, principalmente, em poetas ou pessoas que relatam experiências de vida com facilidade.

- **Inteligência Musical:** habilidade para apreciar, compor ou reproduzir músicas. Distingue com facilidade sons, ritmos e timbres. Apresentada, principalmente, em cantores e músicos instrumentistas.
- **Inteligência lógico-matemática:** habilidades para sistematizar, seguir ordens ou padrões, controlar, raciocinar, solucionar problemas. Apresentada por matemáticos ou profissões afins.
- **Inteligência Espacial:** percepção visual e espacial precisa do mundo. Apresentada em engenheiros, arquitetos e artistas plásticos.
- **Inteligência Cinestésica:** habilidade de usar o corpo para resolução de problemas ou criação de produtos. Apresentada nos esportes, artes cênicas ou plásticas. Exímio controle sobre os movimentos do corpo.
- **Inteligência Interpessoal:** entende e responde aos sentimentos e necessidades de outras pessoas adequadamente. Apresentada em professores, políticos, vendedores e psicoterapeutas. Tem facilidade de exercer lideranças devido à sua sensibilidade.
- **Inteligência Intrapessoal:** entende e reponde aos sentimentos e necessidades de si mesmo. Formula imagem precisa de si mesmo e usá-la a seu favor. Só é percebida através da manifestação linguística das inteligências musicais ou cinestésicas.
- **Inteligência Naturalista:** compreender e organizar os objetos, fenômenos e padrões da natureza. Apresentada em biólogos, geólogos e mateiros.
- **Inteligência Existencial:** refletir e ponderar sobre questões primordiais da existência humana. Apresentada por líderes espirituais e filósofos.

O uso das inteligências múltiplas na educação acrescenta bases para compreensão da aprendizagem, motivação para o desenvolvimento da inteligência e entendimento, reflexão e correção de desvios de aprendizagens relacionados a atenção, a criatividade e memorização, levando a escola novas possibilidades de ações estimulantes e educação cerebral, transformando-a em um ambiente que valoriza e desenvolve as inteligências com mais competência.

Sobre isso, Celso Antunes afirma:

“As mudanças de paradigmas promovidas por essa nova visão da mente humana interferem, portanto, no tema da educação e trazem novas linhas de procedimentos para que a escola convencional acrescenta às suas funções instrucional, socializadora e preparadora para o mundo do trabalho, uma outra, voltada ao estímulo e à educação cerebral e assim, progressivamente, possa se transformar em um centro estimulador de inteligências. ... Essa tendência estimuladora da escola pode ser vista como um novo paradigma de compreensão do ser humano que abandona sua avaliação por meio de sistemas limitados e o percebe com acentuada amplitude linguística, lógico matemática, criativa, sonora, cinestésica, naturalista e, principalmente, emocional” (Celso Antunes – 2012)

Portanto, a aplicação da Teoria das Inteligências Múltiplas poderá se tornar importantíssima ferramenta na construção de uma didática solidária na educação, principalmente, de jovens e adultos, desde que haja uma formação adequada dos educadores para o seu pleno uso.

4. PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – ECOSOL

A Economia Solidária representa uma ideologia que, cada vez mais, se fortalece em busca de novas relações econômicas buscando o bem estar, qualidade de vida, e integração da população, tomando como base para essa construção sócio-político-econômica princípios como: cooperação, solidariedade, união, igualdade, troca, coletividade, respeito, entre outros.

À medida que a economia solidária foi sendo construída e fortalecida, paralelamente, a educação de jovens e adultos também foi se consolidando no Brasil. Os princípios acima citados também vêm desenvolvendo papel fundamental na construção do reconhecimento e desenvolvimento uma EJA mais qualitativa e mais democrática, porém muito a de ser feito para que possamos atingir níveis considerados de boa qualidade.

O CIEJA – CL tem se transformado, cada vez mais, em ambiente educacional promotor de uma metodologia investigativa que motiva a os educadores a desenvolverem suas práticas e a aprendizagem com maior qualidade dos educandos, gerando a certeza de que podemos construir um mundo melhor, onde a solidariedade, a cooperação e união façam parte do cotidiano dos educandos e sejam estendidos aos mais diversos ambientes, além de proporcionar o respeito ao individual, às diferenças e valorização do conhecimento acumulado pela humanidade no transcorrer do tempo, reconhecimento da importância da troca para a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

Não pode ser esquecido que todo esse trabalho depende muito da concepção que se tem de educação, o que fica evidente nos resultados obtidos com os educandos, os quais passam a fazer uso social da aprendizagem que desenvolveram. Mas muitos ainda são os desafios a serem superados e o maior talvez seja o da busca constante do sucesso pleno da aprendizagem dos educandos, adaptando-se e procurando acompanhar todo momento às transformações sócio-político-econômicas regionais e mundiais, humanas e materiais.

5. A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA

Philippe Perrenoud define a transposição didática como essência do ensino, isto é, base para o ato de ensinar e de aprender.

Transposição Didática é a ação de fabricar artesanalmente saberes, tornando-os ensináveis, exercitáveis e passíveis de avaliação de uma pessoa ou grupo, em um determinado período, dentro de um sistema de comunicação e trabalho. (Philippe Perrenoud – 1993)

O termo transposição didática foi introduzido por Michel Verret, em 1975, posteriormente aprofundado por Yves Chevallard, educador e pensador francês. Chevallard dividiu a transposição didática em três partes distintas: a do conhecimento científico, a do ensinar e a do aprender. Assim, ele mostra como o conhecimento científico sofre, e deve sofrer, mudanças, adaptações semânticas e léxicas para que seja aprendido. Diferenciando bem o que é elaborado nos ambientes científicos e o que é desenvolvido em ambientes educacionais.

Para que o ensino de um determinado elemento de saber seja possível, esse deverá ter sofrido certas deformações que o tornam apto para ser ensinado. (DALL'ASTA – 2004)

É extremamente relevante ressaltar que a didática é um organismo vivo, age e interage com outros organismos que o rodeiam. Possui vida independente no sistema escolar, modificando-se, transformando-se, fazendo e se refazendo, seguindo as transformações da sociedade. Por isso, ao estudar a transposição didática, encontramos definições, ideias e teorias diferentes, mas com algo comum em todas: a relação que se estabelece com a forma de ensinar e de aprender, explicando as ampliações das ideias e definições no decorrer dos anos. Logo, temos que nos dedicarmos para entender como as aprendizagens se desencadeiam nesta realidade.

O grande problema que encontramos na educação, ou até mesmo na vida contemporânea, é o “imediatismo”. Há uma necessidade constante de querermos resultados rápidos daquilo que desenvolvemos, sem, muitas vezes, os avaliarmos ou avaliarmos de forma inadequada, sem (re) planejamento, sem compartilhar ideias com outros educadores, ou simplesmente aceitá-las sem questioná-las. A aceitação de uma proposta consciente acaba gerando para muitos a fantasia de demora excessiva ou “perda de tempo”, pois o imediatismo impede que dediquemos tempo esperando resultados em longo ou, até mesmo, em médio prazo.

Isso pode ser facilmente percebido em nossas estruturas públicas, onde encontramos problemas muito antigos, porém ainda sem solução. A política implantada pelos diversos governos é a da destruição de projetos concebidos por antecessores, com a justificativa de melhoria e modernização de sistemas, gerando a ideia de mudança, troca ou substituição, o que é puro equívoco, pois se não houver a ideia de continuidade, tudo que foi ou for feito não se desenvolverá como deveria, perdendo a sua eficácia e razão de ser. Esse modo de pensar e agir deve ser (re) construído por nossos dirigentes, sejam eles de quaisquer instâncias ou setores, inserindo a ideia de constante avaliação, de como e onde mudar ou dar continuidade as ações desenvolvidas. E, para isso, a importância de planejamento,

principalmente, em respeito àquele que mais interessa: o beneficiário (que se tratando de educação nada mais é que o educando).

O planejamento deve ser flexível às futuras (re) adaptações. Com a impossibilidade de reformulá-lo, cria-se a necessidade de novo planejamento e é isso que vemos no dia a dia. Devemos combater essa postura, pois o planejamento não pode ser abandonado, mas construídas novas estratégias para dar continuidade àquilo que não foi desenvolvido como se esperava, mantendo a base dos objetivos.

Além disso, a mudança de planejamento altera ações, objetivos e concepções, demonstrando assim, a falta de condições para desenvolvimento das ações propostas ou falta de compromisso para desenvolvê-las. Concluindo, podemos interferir no que fora planejado, interferindo nas etapas ou fases do processo que ficaram defasadas ou inadequadas. E essa manutenção impede a concretização do imediatismo.

Em educação, devemos avaliar tanto no ponto de vista do projeto pedagógico, da formação docente, dos recursos e da metodologia, quanto do educando, da família e da comunidade em que estão inseridos, formando o que chamamos de processo educacional.

Diante desse quadro alarmante, é de extrema urgência a concretização de uma real transposição didática em nossa sociedade. Concepção essa que se adapte a escola brasileira, atendendo nossas especificidades e respeitando as diferenças. Para que isso ocorra, devemos nos questionar porque não houve verdadeiramente ações desse tipo, como (re) construí-las, o que e como continuarmos.

Lembramos que, tratando-se de transposição didática, outro elemento que deve ser (re) conhecido pelos educadores é a sala de aula. A sala de aula é, e precisa ser, uma estrutura viva, ambiente de conflitos e negociações, favorecer a aprendizagem sem o receio do questionamento, estimulando a curiosidade, a pesquisa, a busca e a construção do conhecimento. Assim, constitui-se o que chamamos de ambientes educativos, onde todos os espaços, todos os materiais servem a comunidade escolar envolvida.

Dessa forma, a leitura e a escrita tornam-se permanentemente presentes, tudo que é escrito ou lido tem uma finalidade dentro do processo educacional, servindo como ferramentas, instrumentos ou chaves para o desenvolvimento da aprendizagem e da construção do conhecimento. Qualquer espaço pode ser considerado um ambiente educativo, porém, para que isso aconteça, o professor deve conhecer e reconhecer as potencialidades do espaço, saber explorá-lo para ter certeza de qual a melhor forma de abordagem para que ocorra a transposição didática.

O professor se (re) constrói, diariamente, no espaço que atua, ou seja, no ambiente educativo, possibilitando o uso de novos saberes para a construção de novos fazeres, de forma lógica e transformadora. Para isso, deve se utilizar daquilo que Geraldo Peçanha denomina “condições mínimas de um profissional para fazer a adaptação e a transposição didática para o ambiente escolar”. E as habilidades pedagógicas envolvem partes relevantes dessas condições. Peçanha resume as fases ou sequências, nas quais os conteúdos devem ser desenvolvidos, em nove etapas:

- 1- Sondagem do **conhecimento prévio** dos educandos;
- 2- **Audição** atenta do que os alunos sabem;
- 3- “Gancho” ou **estabelecimento de relações** entre o que os educandos trouxeram (conhecimento prévio) com o que se pretende introduzir no ambiente (conhecimento novo);
- 4- Apresentação do **conteúdo proposto**;
- 5- **Busca** do professor por **dificuldades dos alunos**;
- 6- **Tirar dúvidas** dos alunos que **impedem a continuação** do processo;
- 7- **Aproximação do nível de conhecimentos** dos educandos;
- 8- **Exploração do conteúdo ou saber** objeto do estudo e
- 9- **Síntese** do que foi trabalhado.

Resumindo, para que haja a transposição didática são necessárias habilidades pedagógicas. E o grande desafio é a decisão de tomar “adequadamente” a atitude para alcançar o objetivo principal: a aprendizagem do aluno. A assimilação de conteúdos será eficaz na medida em que são estabelecidas relações destes com o

cotidiano, com a sociedade e com os sonhos e, principalmente, com as experiências acumuladas durante a vida. Tornando-os mais concretos, isto é, significativos.

No processo da transposição didática não devemos ignorar a importância da contextualização:

“A contextualização é a amiga mais fiel da transposição. É a contextualização que vai garantir que os conteúdos possam ser abordados em sua complexidade... é a chave de acesso que garante o comprometimento do aluno com o futuro dele em relação ao conteúdo e, portanto, com a aprendizagem”. (**Geraldo Peçanha** – 2011)

É a contextualização o norte do que o educando já aprendeu ou precisa aprender em relação ao conteúdo, instrumento que mostrará ao professor onde se encontra, em termos de ensino, e possibilidades de avanços. Um favorecedor desta contextualização é a variedade linguística que, além de enriquecer o espaço, motiva a diversificação de pontos de vista sobre o mundo que o rodeia e auxilia na construção do ambiente educativo, ampliando ainda a qualidade e quantidade de desenvolvimento de conceitos.

Outro elemento, muito presente nas discussões em ambientes escolares na atualidade é a interdisciplinaridade, a qual pode ser vista de forma ambígua para a concretização da transposição didática. Primeiro, porque se os educadores envolvidos não tiverem conhecimento da totalidade e da diversidade do que será trabalhado, ocorrerá a desconstrução ou quebra do que seria a transposição didática, mas, segundo, se todos estiverem em perfeita harmonia, equilíbrio, sintonia, poderá sim, ser um elemento poderoso na composição da transposição didática.

A transposição didática precisa de um suporte que o sustente para que exista. Suporte este que: aponte intenções, norteie as práticas e, possibilite a operação das ações, isto é, do projeto político-pedagógico. Sem este, ou apenas para cumprir exigências burocráticas, a educação se torna compartimentada, fragmentada em todos os aspectos, prejudicando os resultados que poderão ser obtidos nos mais variados ambientes educativos, principalmente, aprendizagem dos educandos.

É o projeto político-pedagógico que determinará quais ações que realmente farão parte para que se alcancem os objetivos propostos. Somando-se ao projeto, destacamos o planejamento, que se bem preparado fortalece a construção da transposição didática. Sem estes dois suportes, a escola fica desnorteada, sem direção ou com diversas direções, com objetivos diferentes, confundindo direção, funcionários, professores e, principalmente, os beneficiários diretos: os educandos. Dificultando a aprendizagem, desmotivando a curiosidade, a pesquisa, a busca por conhecimentos, assim, a possibilidade de ações violentas, de vandalismo, de indisciplina, de apatia, entre outras, começam aparecer com mais frequência.

Para finalizar, mais dois elementos são indispensáveis para a concretização da transposição didática: a avaliação e a formação continuada dos professores.

A avaliação deve ser utilizada de forma que venha aprimorar a transposição didática, pois, para isso, devemos refletir sobre dois tipos de avaliação: a objetiva e a subjetiva. Esse conhecimento é fará com que alguns equívocos deixem de ocorrer. A avaliação objetiva é aquela obtida a partir de critérios racionais, técnicos e pertinentes ao que está sendo analisados. Exemplo: quando ocorre um vazamento de um oleoduto no mar, imediatamente, especialistas são chamados para avaliar, tecnicamente, os danos materiais, ambientais, humanos, entre outros. Para evitar isso, é que existem empresas e especialistas que certificam a instalação e manutenção periodicamente, por meio de rígidas avaliações e produção de laudos técnicos. A Avaliação objetiva parte do princípio da coletividade e do senso moral. Já a avaliação subjetiva é aquela realizada sem critérios técnicos e, muito menos, coletivos. O avaliador usa a própria consciência para executar a avaliação, um breve recorte que, mesmo estando certo ou errado, dependerá de outras condições mínimas para validá-la.

O problema surge quando a avaliação é feita de modo subjetivo por falta de conhecimento e o avaliador acredita fielmente que está avaliando objetivamente. Todo o processo parte de uma opinião, de um ponto de vista, de uma maneira de pensar, de uma concepção que ele (avaliador) tem do que está sendo avaliado. Além disso, pode ser uma posição diferente da maioria dos educadores, sem a troca

de ideias, possibilitando a existência de outras avaliações subjetivas por parte dos outros educadores.

Portanto, em ambientes educativos essa situação é extremamente perigosa. Avaliar subjetivamente, acreditando o contrário, conteúdos mais subjetivos ainda, não propicia os educandos entenderem os conteúdos em suas complexidades.

Percebemos, então, a necessidade incondicional da formação continuada dos professores, somada aos elementos abordados anteriormente, para que a transposição didática se concretize, transformando-se em realidade na sociedade brasileira.

“Um professor se faz no ambiente educativo em que ele atua. Toda a construção dessas e de muitas outras percepções podem ser descobertas aos poucos se o professor estiver inserido em um meio vivo, cheio de descobertas, de trocas e de buscas. Esse é um papel que cabe tanto ao professor como, acima de tudo, à direção escolar, que quer, seguramente, ter um grande grupo com a coesão necessária para o desenvolvimento do trabalho”. (**Geraldo Peçanha** – 2011)

6. CONCLUSÃO

Com este trabalho reafirmei a minha convicção de que, cada vez mais, a educação exerce um papel fundamental de transformar as pessoas, possibilitando a construção de uma sociedade mais justa e o estabelecimento de relações mais igualitárias, promovendo a verdadeira ação humanizadora.

Para isso, é de extrema relevância que os educadores percebam e exerçam o seu papel, pois são eles uma das principais ferramentas na reconstrução dessa tarefa, estão estreitamente ligados aos educandos, porém não se esquecendo de que para que isso efetivamente ocorra, devem acreditar em seu trabalho e no dos educandos, deve estar atento para a permanente formação que deve se submeter para que esteja atualizado e preparado para os desafios e diversidades as quais são submetidos. Lembrar ainda que deve haver coerência e consistência entre a teoria e a prática, isto é, o que falam e o que praticam, pois cada um serve de modelo a ser seguido e transformado, os educandos estão a todo o momento nos observando,

refletindo sobre nossas posturas e ações, imitando-nos e avaliando-nos, ampliando, assim, as nossas responsabilidades enquanto educadores.

Outro fator a ser considerado é a importância da reflexão e uso social do que chamamos de princípios da ECOSOL na construção de uma educação mais autônoma e democrática que possibilite a integração e participação de todos os membros de forma igualitária, favorecendo o diálogo, a troca, a solidariedade e cooperação, o respeito pelo coletivo e pelo individual melhorando a qualidade de vida de todos.

Para a educação, não será possível apresentar uma solução única, como se fosse uma receita a ser seguida. Cada região, cada comunidade, cada escola, cada grupo de pessoas envolvidas deverá respeitar as especificidades em busca da construção do coletivo de forma harmônica e equilibrada, valorizando o trabalho e a função exercida pelos seus integrantes, respeitando-os e o meio em que vivem, buscando ações que não os levem a futura autodestruição.

Em Educação de Jovens e Adultos, encontramos um desafio maior que é o de possibilitar-lhes o conhecimento e reconhecimento da diversidade de modelos ideológicos, para que possam confrontar com os que já trazem consigo e que lhes foram impostos, permitindo a livre escolha, conscientemente é claro, daquele(s) que melhor lhes convier. Nessa tarefa, não podemos nos esquecer de que o uso das inteligências múltiplas nos auxiliará a explorar maior variedade dos meios de informação, proporcionando experiências práticas, interações nas relações, fortalecimento do coletivo, da construção democrática, do respeito, da união entre as pessoas e seu relacionamento com o mundo, diminuindo ou extinguindo muitas injustiças.

Para finalizar, não devemos esperar encontrar uma didática pronta para usar, mas analisar a prática à luz das teorias pertinentes a necessidade de todos os participantes da comunidade escolar no decorrer do processo de ensino e de aprendizagem, respeitando as diferenças, valorizando a igualdade de oportunidades, a motivação pelo ensinar e o prazer de aprender, não naturalizando as

desigualdades e acreditando e fazendo-se acreditar que um mundo melhor é possível.

7. RELATOS DE EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS

- Relato 1 – Conhecer, reconhecer e compreender a formação cultural
- Relato 2 – (Re)conhecer os princípios básicos da economia solidária possíveis de serem incorporados ao dia a dia

REFERÊNCIAS

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300004>acesso em 08/04/2020

[periodicos.pucminas.br › index.php › pedagogiacao › article](http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article) › acesso em 08/04/2020

<https://escoladainteligencia.com.br/planejamento-pedagogico-voce-sabe-qual-importancia-dele/>>acesso em 08/04/2020

<https://escoladainteligencia.com.br/5-aspectos-para-se-considerar-na-montagem-de-um-curriculo-escolar/>>acesso em 08/04/2020

<https://escoladainteligencia.com.br/por-que-a-gestao-pedagogica-e-imprescindivel-para-o-ambiente-escolar/>>acesso em 08/04/2020

<https://escoladainteligencia.com.br/qual-a-funcao-do-coordenador-pedagogico-na-sala-de-aula/>>acesso em 08/04/2020

<https://escoladainteligencia.com.br/erros-na-gestao-escolar-identifique-os-no-inicio-e-evite-problemas-maiores/>>acesso em 08/04/2020

<https://escoladainteligencia.com.br/como-contratar-um-bom-professor-de-educacao-infantil/>>acesso em 08/04/2020

https://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_de_adultos>acesso em 08/04/2020

<http://proec.ufabc.edu.br/ejaecosol/a-didatica-solidaria-na-educacao-de-jovens-e-adultos/>>acesso em 08/04/2020